



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

**O NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
SERRA BRANCA-PB**

**SUMÉ - PB
2023**

ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

**O NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
SERRA BRANCA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva.

**SUMÉ - PB
2023**



C837n Costa, Ellen Creuza Gouveia Lima da.

O novo Ensino Médio nas escolas do Município de Serra Branca-PB. / Ellen Creuza Gouveia Lima da Costa. - 2023.

75 f.

Orientador: Professor Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Novo Ensino Médio. 2. Serra Branca - PB - escolas estaduais. 3. Financiamento da educação. 4. Prática pedagógica. 5. Sociologia e novo ensino médio. 6. Ensino de sociologia. 7. Escola Estadual Senador José Gaudêncio - Serra Branca - PB. 8. Escola Cidadã Integral Técnica Inácio Antonino - Serra Branca - PB. I. Silva, Wallace Gomes Ferreira de. II Título.

CDU: 37(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

**O NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
SERRA BRANCA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva.
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima.
Examinadora I - UACIS/CDSA/UFCG**

**Professora Dr. Isaac Alexandre da Silva.
Examinador II - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 30 de novembro de 2023.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho a Maria da Conceição
Gouveia Lima Da Costa e a Raimundo Nunes
da Costa Sobrinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Que me deu forças e me guiou neste percurso e durante toda a Graduação.

Agradeço a minha mãe Maria da Conceição Gouveia Lima da Costa, de quem herdei o dom e tive inspiração para seguir a carreira docente. Ela que sempre foi um alicerce em minha vida, quem sempre me deu apoio, forças e incentivo para seguir meus sonhos. Sou muito feliz de poder compartilhar desse momento com a senhora.

Agradeço a meu pai Raimundo Nunes da Costa Sobrinho. Que desde infância sempre incentivou a mim e aos meus irmãos a estudar, fazer faculdade e buscar nossos sonhos, sempre dando prioridade aos estudos e fazendo o possível para dar condições para isso. Sou muito grata a Deus por me proporcionar vivenciar esse momento com meus pais ao meu lado.

Agradeço a minha tia Maria do Socorro (Duda). Que sempre esteve presente e me incentivou aos estudos, que sempre deu suporte a minha família e fez o possível para que “os filhos de Raimundo se formem”. Obrigada por todo apoio!

Agradeço a minha madrinha Marluce Antonino. Que desde que se tornou madrinha esteve presente, buscando como estava o curso e sempre incentivando a estudar. Obrigada por tudo!

Agradeço a todos da minha família que torcem por mim e que me ajudaram de alguma forma.

Agradeço ao meu orientador Filipe Gervasio que desde que lhe procurei com a proposta de pesquisa acolheu e aceitou me orientar, e com muita paciência e compreensão me auxiliou neste processo de escrita. Obrigada por tudo!

Agradeço aos meus professores que foram essenciais em minha vida de estudante não só na faculdade, mas durante o Ensino Básico também. Em especial a professora Lena, por quem tenho grande estima e admiração, ao professor Valdonilson. Sempre compreensivo e presente, a professora Kátia Carina. Com quem estudei no Ensino Médio e agora durante a graduação estive ao seu lado no período do estágio e agora continuo aprendendo com ela no percurso da Residência Pedagógica, é um sinônimo de persistência e superação. Obrigada por tanto!

Agradeço ao meu irmão Railton. Que sempre me auxiliou em tudo para a faculdade, principalmente no meu processo de inscrição para ingressar no curso. E ao meu irmão Henrique

que, do seu jeito, sempre esteve presente me acalmando nos momentos difíceis. Vocês foram essenciais!

Agradeço ao meu namorado Abel Ginuino. Que sempre esteve presente e fez o possível para me ajudar sempre que recorria ele. Obrigada por tornar as coisas mais leves e por sempre estar presente quando precisei.

Agradeço as minhas amigas que fiz na Graduação, a quem pude dividir os desafios do dia a dia e as angústias vocês foram essenciais nesse processo. Em especial a Viviane Arruda. Que iniciou a graduação comigo e por livre escolha não concluiu, mas sempre esteve presente, nossa amizade ficou para a vida. E para Rosangela Correia. Que conheci nesta reta final. E pude compartilhar muito da graduação, me deu muitos conselhos e com sua história de vida acadêmica se tornou símbolo de persistência e determinação para mim.

Agradeço aos professores de Matemática e Sociologia das duas escolas e as duas diretoras que aceitaram participar das entrevistas e fornecer os dados necessários a minha pesquisa. Obrigada pela confiança!

Agradeço a banca examinadora composta por Lena Costa Carvalho e o professor Isaac Alexandre, e novamente ao meu orientador Filipe Gervásio por toda confiança.

Por último, mas não menos importante aos meus gatos que me proporcionam um amor incondicional, Pantufa, Lico e Pixorra em especial aos que partiram. Quique que desapareceu e Meow ou mãezinha como passei a chamar depois de tantas gestações que teve e que por ironia do destino faleceu em sua última gestação, ela que sempre chegava para deitar no meu colo e dormir enquanto escrevia este trabalho.

RESUMO

O sistema de educação brasileiro passou por diversas reformas durante anos e a mais recente é a reforma do Ensino Médio, lei nº (13.415\2017), que traz um novo olhar para o ensino focando na preparação pro mercado de trabalho. O enfoque na criação de um ensino médio técnico profissionalizante fez com que algumas disciplinas fossem “esquecidas”, trouxe a interdisciplinaridade e a mudança no currículo que torna algumas disciplinas como a sociologia algo não obrigatório como disciplina, mas que esteja presente como “estudos e práticas”. Diante destas transformações ocorridas, esta pesquisa buscou compreender os impactos do novo ensino médio nas duas escolas do município de Serra Branca-PB, na perspectiva de gestores e professores. A pesquisa de abordagem qualitativa analisa a escola de ensino regular Senador José Gaudêncio e a escola Cidadã integral Inácio Antonino de ensino integral técnico. Buscou-se em um total de seis entrevistas com gestores e professores compreender como está sendo esse processo de transição para o novo ensino médio que começou ser implantado no ano de 2022. Após as entrevistas ficou evidente que apesar das duas realidades diferentes das escolas, os professores tem opiniões em comuns sobre o novo modelo com críticas a sua forma de implementação e financiamento, e elogios a forma como está no documento as mudanças que não prejudicam as disciplinas, já as diretoras entram em consenso quando se trata da organização do trabalho pedagógico, mas diferem quando se trata de estrutura e financiamento.

Palavras-chave: Novo ensino médio; Financiamento Educacional; Serra Branca; Trabalho Pedagógico

ABSTRACT

The Brazilian education system has undergone several reforms over the years and the most recent is theof Secondary education reforms, Law number (13.415\2017), which brings a new perspective for teaching, focusing on preparation for the job market. The focus on creating the secondary professionalizing education caused some subjects to be “forgotten”, it has and a change in the curriculum that become some subjects such as sociology, as something that is not mandatory as a subject, but it is present as “studies and practices”. Based on this changes that have occurred, this research sought to understand the impacts of the New secondary school curriculum in the two schools, in Serra Branca-PB, from the perspective of managers and teachers. The qualitative approach research analyzes the Senador José Gaudêncio, which is a regular school, and the full-time professionalizing education school Inácio Antonino. A total of six interviews have been carried out managers and teachers in order to understand what this transition process is like for the new secondary school curriculum, that began to be implemented in 2022. After the interviews, it became clear despite the two different realities of the schools, teachers have common opinions about the new model, criticizing its implementation and financing, besides praysing for the way in which the changes the disciplines are included , the directors already reach a consensus when it comes to the organization of pedagogical work, but they differ when it comes to structure and financing.

Key words: New secondary school curriculum; Educational Financing; Serra Branca; Pedagogical Work

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES: Associação Nacional de Educação Superior

ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CEE: Comunidade Econômica Européia

CNTE: Confederação Nacional de Trabalhadores da educação

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

ECIT: Escola cidadã Integral

FUNDEB: Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais da Educação

FUNDEF: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FTP: Formação Técnica e Profissional

IDEB: Índice de desenvolvimento Da Educação Básica

LDB: Lei de Diretrizes e bases da educação

MEC: Ministério da Educação e Cultura.

NEM: Novo Ensino Médio

PAAE: Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar

PBA: Programa Brasil Alfabetizado

PDE: Plano de Desenvolvimento da educação

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola

PNAE: o Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNBE: Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE: Plano Nacional Da Educação

PNLD: Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPP: Projeto Político Pedagógico

PROINFO: Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PROUNI: Programa Universidade para Todos

REUNI: Programa de apoio a Planos de Reestruturação e expansão das universidades Federais

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica.

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO TEÓRICA.....	17
2.1	POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL.....	17
2.2	NOVO ENSINO MÉDIO.....	22
3	METODOLOGIA.....	26
4	ANÁLISE DO DADOS.....	33
4.1	FINANCIAMENTO ESCOLAR.....	33
4.2	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLA REGULAR.....	40
4.2.1	Professor de sociologia escola regular.....	43
4.2.2	Professor de matemática da escola regular.....	44
4.3	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ECIT.....	47
4.3.1	Professor de sociologia ECIT.....	49
4.3.2	Professor de matemática ECIT.....	50
5	PRÁTICA DOCENTE E O NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA REGULAR E ECIT.....	54
5.1	ESCOLA REGULAR.....	54
5.1.1	Alunos.....	54
5.1.2	Prática pedagógica.....	56
5.1.3	Sistema de planejamento e frequência.....	58
5.2	PERSPECTIVAS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO NA ECIT.....	59
5.2.1	Evasão.....	60
5.2.2	Prática pedagógica.....	61
6	ARTICULAÇÃO DOS RESULTADOS DOS OBJETIVOS.....	64
6.1	ESTRUTURA.....	64
6.2	PLANEJAMENTO.....	65
6.3	PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	66
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE.....	73

1 INTRODUÇÃO

A Presente pesquisa busca fazer a comparação dos impactos do Novo Ensino Médio no Ensino de Sociologia na Escola Regular Senador Jose Gaudêncio e na Escola Cidadã Integral Inácio Antonino (ECIT) do município de Serra Branca-PB.

O Novo Ensino Médio foi instituído no Brasil a partir de 2016, durante o governo de Michel Temer por meio da medida provisória 746 (MP 746/2016), que posteriormente se tornou a Lei da Reforma do Ensino Médio (13.415/2017) A medida do Novo Ensino Médio altera não apenas substancialmente, como também em termos estruturais o Ensino Médio no Brasil e vem sendo objeto de intensa polêmica entre professores (as), estudantes, comunidade escolar, bem como em diversas instâncias políticas, como movimentos sociais organizados em torno da educação e na política parlamentar brasileira¹.

Tal medida tem como base a implementação de “Itinerários formativos” que fazem parte das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que alteram a organização temporal e curricular do Ensino Médio, além de estarem vinculados ao desenvolvimento de habilidades e competências também previstas pela BNCC, com forte peso no caráter técnico-profissionalizante da formação de nível médio.

Desse modo, percebe-se uma clara vinculação entre o Novo Ensino Médio, com outra reforma educacional de grande peso na atualidade, que é a BNCC. Isto ocorre porque a BNCC se impõe como documento curricular máximo para a educação básica pública e privada no Brasil, de modo a que suas determinações tenham que ser adotadas em todos os níveis e modalidades da oferta educacional.

A BNCC é a Base Nacional Comum Curricular e foi aprovada em 2017. É um documento abrangente, que trata de todas as disciplinas, habilidades e competências a serem desenvolvidas no currículo das escolas. São dez competências gerais que orientam a construção do documento, a saber: Conhecimento, Pensamento Científico, Crítico e Criativo, Repertório Cultural, Comunicação, Cultura Digital, Trabalho e Projeto de Vida, Argumentação, Autoconhecimento e Autocuidado, Empatia e cooperação e Responsabilidade e Cidadania.

Os ideólogos e promulgadores do Novo Ensino Médio argumentam que a nova estrutura adotada nas escolas promove uma maior flexibilização das jornadas escolares, de acordo com

¹ Movimento pela revogação do Novo Ensino Médio: Em entrevista o Deputado Federal Glauber Braga do (PSOL-RJ) que está na luta pela revogação do Novo Ensino Médio diz “A necessidade de revogar é porque o que veio com a reforma, o Novo Ensino Médio, é pior do que o que se tinha até então. Porque você vai continuar estruturalmente com algo que é ruim, que é excludente, que precariza a vida de estudantes, professores e professoras? Que amplia o grau de desigualdade... não tem o menor cabimento”.

os interesses da juventude brasileira. A Principal mudança no Ensino Médio seria a substituição do currículo único, por este modelo mais flexível e diverso, constituído de itinerários formativos, que são o conjunto de disciplinas, oficinas, projetos e outros trabalhos que os estudantes irão escolher durante a jornada escolar de forma supostamente autônoma.

A defesa dos itinerários formativos está centrada na importância de considerar os interesses dos estudantes e em desenvolvê-los de maneira dinâmica, supostamente com uma participação mais ativa dos estudantes e professores(as). A flexibilização, no entanto, apresenta o perigo de redução da carga de conhecimentos historicamente acumulados a serem ensinados, assim como uma redução da disciplina crítica requerida para a aprendizagem de tais conhecimentos escolares.

Esta mudança por mais inclusiva que pareça, vai provocar uma redução na diversidade do conhecimento nessa etapa do aprendizado, já que antes havia uma formação com todas as disciplinas por três anos de estudo e agora a escolha dos itinerários reduzirá o tempo da formação geral. É importante mencionar que não há nenhuma garantia de que as escolas possam ofertar em seu currículo todos os itinerários formativos.

Destacamos que esse é um momento histórico em que, com a crise aguda do capitalismo, as relações de trabalho estão sendo cada vez mais precarizadas e flexibilizadas do ponto de vista contratual e mesmo das competências necessárias ao mercado. Desta forma, o Novo Ensino Médio surge também como uma iniciativa orgânica de adequação da juventude brasileira às novas e antigas formas de trabalho simplificado, precarizado e crescentemente desregulamentado do ponto de vista dos direitos. Assim, é possível perceber nexos do Novo Ensino Médio com algumas reformas sociais implementadas nos últimos anos, como a Reforma Trabalhista (Lei 13.467), que flexibiliza, precariza e altera os marcos dos direitos dos trabalhadores e a EC 95, que constribe os gastos públicos durante 20 anos em áreas primárias como a educação e a saúde.

Assim, necessariamente a educação passará a ter suas atividades desenvolvidas de forma mais barata, o que exige um novo arranjo institucional, curricular, financeiro e de organização do trabalho pedagógico nas escolas. Tais transformações terminam também por influenciar a prática pedagógica nas escolas. Desta forma, nossos objetivos desse trabalho procuram realizar uma análise que utilize essas variáveis, considerando tanto o nível da totalidade social e as mudanças de ordem econômica, política e social, assim como as transformações ocorridas nas escolas e, em especial, no Ensino de Sociologia.

Na Paraíba, Estado que estão localizadas as duas escolas campo. Antes de implementar o Novo Ensino Médio, nas Diretrizes Operacionais da Paraíba (2016) aborda-se que a primeira

iniciativa de implementar o ensino Integral no Estado foi através do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI). Mas sem muito êxito por falta de recursos para se manter, o programa passa apenas quatro anos funcionando (Paraíba, 2016).

E vai ser após o PROEMI que a Paraíba cria o programa das Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e partindo dele ocorre a implantação de mais um programa, que vai ser o Programa das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) na Paraíba. Sendo assim estão interligadas possuindo como diferenciações a presença da Base Técnica no modelo ECIT. (Brasil, 2014)

Como estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e tendo como campo de atuação o Ensino Médio, é importante problematizar as transformações que estão a ocorrer nesse campo. O Ensino de Sociologia passou historicamente por períodos de extinção na oferta curricular, como também momentos de afirmação (Silva, 2010,p 16) No atual modelo, estão previstos “estudos e práticas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia”, o que caracteriza uma flexibilização da oferta da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.

A própria BNCC tem como prioridade as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Inglês (a partir do 9º ano), deixando à margem a Sociologia e o Ensino de Sociologia (Andrade, 2020, p 05).

Diante disso, faremos uma análise de como está sendo a mudança no Ensino Médio em duas escolas de Serra Branca, no Cariri Paraibano, município onde moro. Ressaltamos que o desenvolvimento do presente trabalho trará elementos para a reflexão da população como um todo e da comunidade escolar sobre os rumos assumidos pelo Ensino Médio. Nosso interesse de pesquisa alimenta-se dessa possibilidade de construir uma compreensão sobre o Novo Ensino Médio nas escolas públicas do Cariri paraibano, tendo em vista que ele se constitui como uma transformação profunda em um dos níveis de ensino das escolas brasileiras. Muitos estudantes pelo Brasil inteiro passarão a sofrer as suas consequências, tanto no que diz respeito ao ingresso no mundo do trabalho como também nas universidades, destacando que os que mais sofrem estes impactos é a classe trabalhadora.

É necessário compreender os impactos das reformas educacionais promovidas pelo Estado porque não apenas são fruto de mudanças na visão que a sociedade tem sobre a educação, como elas também têm projeções de como as novas gerações irão ser formadas. Dessa forma é necessário estar atento às mudanças da Educação, uma vez que é necessário apresentar a nossa contribuição ao campo do debate político-pedagógico sobre o Ensino Médio e sobre o Ensino de Sociologia.

Diante dessa problematização mais ampla e das razões que colocam em curso o nosso estudo sobre o emergente tema do Novo Ensino Médio, temos como questão de pesquisa: **quais**

os impactos do Novo Ensino Médio nas duas escolas do município de Serra Branca-PB, através do olhar dos seus professores (as) e gestores (as)? A fim de levar adiante a investigação, traçamos como objetivo geral: **compreender os impactos do Novo Ensino Médio nas duas escolas do município de Serra Branca-PB, através do olhar dos seus professores (as) e gestores (as).**

Para levar adiante o objetivo geral aqui eleito, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as transformações na política de financiamento na escola com o Novo Ensino Médio;
- Caracterizar a organização do trabalho pedagógico diante das novas condições de oferta do Novo Ensino Médio;
- Compreender as mudanças na prática pedagógica através dos professores (as) e gestores (as);
- Relacionar a política de financiamento, a organização do trabalho pedagógico e as mudanças na prática docente nas duas escolas-campo de pesquisa.

Quanto a organização desta Monografia está estruturada em Introdução, revisão teórica sobre as Políticas Educacionais e o Novo Ensino Médio. Após isso, a metodologia utilizada na pesquisa e análise dos dados obtidos. Por fim as Considerações Finais, Referências e Apêndice onde está o roteiro utilizado nas entrevistas e o termo de consentimento assinado por todos os entrevistados.

2 REVISÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta a revisão teórica do trabalho e, para tanto, está organizada de acordo com as seguintes categorias teóricas: Política educacional no Brasil e Novo Ensino Médio. Em seguida apresentamos as categorias teóricas com as quais iremos trabalhar para fundamentar esta proposta.

2.1 POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Para entender um pouco das políticas públicas educacionais no Brasil, trarei um resumo das reformas ocorridas ao longo de sua História. Posteriormente, apresentarei reflexões sobre o conceito de política educacional, o atual cenário das políticas educacionais e como as transformações sócioeconômicas estão a delinear essas políticas.

De acordo com Santos (2011), apenas nos fins do século XIX e início do século XX, no período da primeira república, que a educação passa a ser vista como necessária para o desenvolvimento do país. A década de 1930 que é marcada pela regulamentação das políticas educacionais trazendo junto uma série de decretos para educação.

1) Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; 2) Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário. 3) Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. 4) Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário. 5) Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país. 6) Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. 7) Decreto 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário (Santos, 2011.p 02).

Estes decretos foram as primeiras medidas para regulamentação da educação no Brasil, seja em nível primário ou superior, mas que ainda passaria por muitas mudanças ao longo dos anos.

Seguido pelo ano de 1937 com o Estado Novo, imposto pelo presidente da época Getúlio Vargas, vai ocorrer a segunda reforma, esta que traz as “Leis Orgânicas do Ensino” ou Reforma Capanema que vai instituir algumas mudanças na educação: 1) Organizou o ensino secundário em Ginásio em 4 anos e colegial em 3 anos. 2) Organizou o ensino primário a nível nacional. 3) Organizou o ensino nacional e agrícola. 4) O supletivo primário para adolescentes de 13 anos e

adultos passou a ter 2 anos de duração.5) Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (Santos, 2011, p. 03).

E já no ano de 1961 é aprovada a primeira LDB publicada por João Goulart Presidente da época – esta LDB deu mais autonomia aos órgãos Estaduais passando para eles a função de organizar seu sistema de ensino; torna obrigatório a matrícula nos quatro aos do ensino primário; regulariza a existência dos conselhos estaduais e federal da educação; garante a formação de professores para o Ensino Primário normal, ginásial ou Colegial e para o Ensino Médio nos cursos de nível superior (Chaves, 2021,p 01). mas vai causar prejuízos para educação, pois ela fortaleceu o setor privado e limitou a expansão do ensino público, foi um período em que os recursos para educação diminuíram.

Trata-se de um momento de profundo refluxo tanto para o financiamento das políticas educacionais no Brasil, como para o conjunto de todas as políticas sociais no nosso território. Os “anos de chumbo” do regime ditatorial produziram intensa repressão, vigilância curricular e pedagógica, além do estrangulamento do financiamento da educação, quando passaram a se hegemonizar a intervenção dos grupos, empresas e corporações privadas na educação pública.

É marcante nesse período o alinhamento estrutural da política econômica e educacional brasileira com o projeto de desenvolvimento dos Estados Unidos, o que se realizou através de acordos de cooperação técnica, abertura da economia brasileira aos interesses do imperialismo norte-americano e, no campo educacional, pelos acordos MECUSAID que foram uma série de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency For International (USAID) que inseriam-se num contexto histórico marcado pelo tecnicismo educacional, na concepção de educação como pressuposto de desenvolvimento econômico, estes acordos estabeleceriam convênios de assistência técnica e cooperação financeira a educação brasileira, não teve mudanças diretas em decorrência destes acordos, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que conduziram o processo de reforma da educação brasileira no período da Ditadura Militar. (Sousa, 2022, p 315)

Já no fim da década de 1970 surgem a Associação Nacional de Pesquisa e Pósgraduação em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) e outras que no ano de 1980 com suas reivindicações conseguiram importantes avanços na educação (SANTOS, 2011, p. 06) Tais como 1) ter mais valorização e qualificação dos profissionais da educação. 2) melhoria da qualidade da educação tanto no âmbito do conteúdo educacional como na infraestrutura e

necessidades básicas. 3) democratização da gestão.4) financiamento com verbas exclusivas para educação 5) ampliação da escolaridade obrigatória (Santos, 2011, p 06).

No ano de 1971 durante o governo militar sob justificativa que o país precisava de trabalhadores, foi instituída uma reforma de ensino para o primeiro e segundo grau, com objetivo semelhante ao Novo Ensino Médio, pois nela o principal objetivo do segundo grau era a profissionalização. Tratava-se da lei 5.692 que mudaria a organização do ensino no Brasil. (Beltrão, 2017)

Assim, na década de 1980 o Brasil chegou em índices preocupantes onde 30% das crianças estavam fora da escola e 50% das que estavam estudando, repetiam ou eram excluídas ao longo da primeira série; 23% dos professores não tinham formação e conhecimento para estar lecionando e 30 % da população era constituída de analfabetos.(Santos, APUD Shiroma, Morais, Evangelista, 2002).

Na Década de 1990 criam-se expectativas de mais melhorias para educação que vão se desfazendo ao longo do tempo com as passagens de governo de Fernando Collor de Mello/Itamar Franco, salientando que a LDB estava em construção e com a Chegada de Fernando Henrique Cardoso em 1996 foi aprovada esta nova LDB que institui para a educação básica a separação por idade, sendo 1)Educação infantil: As creches para crianças de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos.2) Ensino fundamental crianças de oito anos. 3) Ensino Médio constituído por três séries como está até hoje (Santos, 2011, P 08).

Aqui, é possível identificar o núcleo duro de um a forma de intervenção nas políticas educacionais que viria a se consagrar com a denominação de neoliberalismo, caracterizada por ainda mais forte abertura ao setor privado, desfinanciamento e parcerias público-privadas, além do incremento da Pedagogia das Competências, de forte extração neoprodutivista na Educação (Saviani, 2008, p 24).

Em 2003, inicia-se o governo de Luis Inácio Lula da Silva, que apesar de no início ter que lidar e continuar algumas coisas do governo de Fernando Henrique, manteve as linhas fundamentais do governo anterior, sobretudo no que diz respeito à política econômica. Algumas discontinuidades pontuais no orçamento e em programas sociais e educacionais ocorreram em seu governo, como é o caso da criação do PROUNI, lançado em 2004, consiste em concessão de bolsas de estudo para alunos de graduação em universidades privadas, O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, objetiva a ampliação de vagas nas Universidades e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, A instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB em 2007 substituindo o FUNDEF e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 2007 que cria metas para educação (Santos, 2011, p 09).

Dentro desses eixos, as seguintes ações foram ora anexadas, ora criadas: FUNDEB, Pro-infância, Ensino Fundamental de nove anos, Provinha Brasil, Programas de apoio ao Ensino Médio, Luz para todos, Educacenso, Prova Brasil, PDE-Escola, Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas, Olimpíadas Brasileiras da Língua Portuguesa escrevendo o futuro, Mais Educação, Caminho da Escola, PNATE, Pró-escola, Proinfo, Biblioteca na Escola, Saúde na escola, Olhar Brasil, Educação Especial, Brasil alfabetizado, PNLA, Proeja, Projovem campo, Brasil profissionalizado, IFET, E-TEC Brasil, Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, Piso Salarial do magistério, Sistema Nacional de Formação de Professores, Pripid, UAB, Pró-letramento, Pró-funcionário, Expansão do Ensino Superior, dentre outros. (Santos, 2011, p 11)

Esta série de medidas são fundamentais para esta mudança da educação e trazem um olhar maior para a educação pública. Portanto, seguindo esta linha histórica fornecida por Santos (2011) podemos perceber que apesar desta reforma do Ensino Médio estar ocorrendo no ano de 2022, onde está se priorizando o Ensino Médio Técnico e as Escolas Técnicas, junto com o foco da preparação para o mercado de trabalho, vemos que o nosso sistema de Educação brasileiro vem se preparando para isto e planejando desde décadas atrás, sobretudo com a crescente influência do empresariado na educação desde ao anos 60.

Como parte das políticas públicas, as políticas educacionais constituem um elemento de normatização do Estado com o intuito de garantir o direito universal a educação de qualidade e o pleno desenvolvimento. É importante salientar que devem seguir a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

No Brasil ocorre um processo pedagógico nacional que exige a participação de toda sociedade, seja governo, educadores, alunos e pais. Dessa forma são discutidas as temáticas para uma educação de qualidade apoiada pela legislação. Estas políticas educacionais surgem de leis votadas pelo legislativo nas esferas federal, estadual e municipal.

Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Que tem seus dados coletados por meio de avaliações de desempenho como SAEB, questionários socioeconômicos e pesquisas nas escolas, é usado pelo governo para avaliar o ensino infantil, fundamental e médio. Através dos resultados obtidos nele, são traçadas muitas políticas educacionais. Existem diversas vigentes atualmente no Brasil sejam Estaduais, Municipais ou Federais. Dentre elas podemos citar: 1) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece os direitos e deveres de toda criança e adolescente, 2) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que vai prestar assistência técnica e financeira aos

estados e municípios através de repasses de recursos federais, portanto dentro do FNDE estão, o Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional Biblioteca da Escola(PNBE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) e outros. 3) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que reúne fundos de 26 estados e do Distrito Federal e redistribui estes recursos para a educação básica em todo o país. 4) Programa Caminho da Escola que renova e amplia a frota de veículos escolares das redes municipais e estaduais da educação básica.5) Programa Brasil Alfabetizado (PBA) com finalidade de alfabetizar jovens com 15 anos ou mais adultos e idosos.6) Programa Universidade para Todos (PROUNI) que oferece bolsas de estudo integrais ou de 50% em cursos de graduações em instituições de ensino tanto pública como privada em todo o Brasil. 7) Sistema de cotas que são políticas afirmativas com objetivo de diminuir as desigualdades socioeconômicas da população brasileira, com ênfase para comunidade negra e indígena ofertando uma porcentagem de vagas específicas para determinada situação.

O Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias municipais e estaduais são responsáveis por conduzir estas políticas públicas de educação, tendo como elemento garantidor da educação a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB 9394\96) de 1996, responsável por conduzir todo o sistema educacional no Brasil. A criação de uma base comum para nortear a elaboração dos currículos de educação básica, como conhecemos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um dos principais pontos levantados, junto a este também estabelece a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) que traz diretrizes e metas para a política educacional, permitindo identificar demandas urgentes e traçar planos de ação para educação.

É importante ressaltar que as políticas educacionais não se desenvolvem e são implementadas em um cenário de suspensão ou neutralidade política. Ao contrário, elas estão inseridas no território da luta entre as classes sociais, de um modo mais amplo e, por outro lado, dos diferentes grupos (que também representam interesses de classes) que tentam fazer valer diferentes concepções do que seja a educação e de como deva se orientar o Estado brasileiro.

Atualmente, observamos a hegemonia dos reformadores empresariais da educação que se apresentam como “sem fins lucrativos” mas são comprometidas e alinhadas de alguma forma com entidades lucrativas com os conglomerados da educação, que inclusive são criadas por este tipo de negócio. E dos interesses de grandes grupos corporativos na educação básica e, sobretudo, no Ensino Médio brasileiro. Outra influência decisiva na formulação e no

financiamento das políticas educacionais está localizada nas agências globais do imperialismo norte-americano, principalmente através da influência e atuação do Banco Mundial.

2.2 NOVO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio começou a ser implementado em 2022, com variações em cada estado sendo possível destacar quatro principais mudanças: 1) Carga horária total, que será gradativamente ampliada de 800 a 1000 horas por ano. De acordo com a BNCC (2018) os conhecimentos gerais passam a ter o máximo de 1800 horas, sendo 1.200 dedicadas aos itinerários formativos; 2) os itinerários formativos são separados em 5 possibilidades: Matemática; Técnico; Linguagens; Ciências da natureza e Ciências Humanas. Para isto, as redes de ensino têm liberdade para definir quando os alunos vão escolher estes itinerários; 3) as matérias obrigatórias passam a não precisar ser ministradas separadamente, mas sim dispersas por “estudos e práticas” que têm como obrigatoriedade o ensino de Português, Matemática e Inglês. Durante o ano letivo é necessário incluir Sociologia, Filosofia e Artes de forma que dialoguem ou integrem outras disciplinas; 4) a inclusão do “Projeto de vida” que vai servir de orientação da carreira do estudante, um vocacional, preparando para o mercado de trabalho. Como diz na BNCC “O projeto de vida traz a possibilidade de arquitetar, conceber e plasmar o que está por vir”.

O Inesc (Instituto de estudos socioeconômicos), através do portal G1, apresentou que, entre 2019 e 2021, a execução diminuiu R\$ 8 bilhões em termos reais (de R\$ 126,6 bilhões para R\$ 118,4 bilhões). Ainda para 2022, o instituto observa que o valor autorizado para educação (R\$ 123,7 bilhões) é R\$ 6,2 bilhões menor que a verba de 2021 (R\$ 129,8 bilhões) (Martello, 2022).

Recentemente, no Brasil está sendo implantado o Novo Ensino Médio, que desde sua proposta vem gerando críticas por sua mudança no currículo das escolas públicas e privadas por se tratar de um currículo mais flexível. Diferente do antigo currículo único. Este é voltado à formação técnica e profissionalização dos alunos para o mercado, deixando algumas questões sociais antes trabalhadas, em segundo plano e priorizando outras.

A nova pedagogia “não diretiva” e “estruturada com leveza”, a utilização de novas tecnologias, um mais extenso “menu” de opções oferecido aos alunos e aos estudantes, o hábito adquirido de um “controle contínuo”, são pensados como introdução na “gestão das situações de incerteza” nas quais o jovem trabalhador será mergulhado ao sair de seus estudos” (Laval, 2004,p 17).

Esta pedagogia está sendo cada vez mais inserida na reforma educacional atual, trazendo um leque de “opções” através dos itinerários formativos que são criados como base para fornecer esta pluralidade de opções para os alunos de forma que as disciplinas ofertadas tragam coisas relacionadas ao mercado de trabalho, assim como o projeto de vida onde o estudante durante os três anos do Ensino Médio deve planejar seu futuro no mercado após a escola. Uma das coisas mais criticadas da nova LDB é a separação das disciplinas sendo, Português e Matemática disciplinas obrigatórias, enquanto Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia tem obrigatoriedade de estudos e práticas e não mais como uma disciplina (BRASIL, 2018).

Desta forma, o conteúdo destas disciplinas que deixam de ser obrigatórias passa a ser flexibilizado, na melhor das hipóteses, ou mesmo completamente sonogado, no pior dos cenários. Contraria-se a antiga concepção presente no texto legal citado que menciona a necessidade de formação completa e integral com as antigas disciplinas todas obrigatórias.

A atual reforma do Ensino Médio, exarada inicialmente por meio da Medida Provisória no 746/2016 e transformada na Lei no 13.415/2017, tem mobilizado diferentes atores sociais e divergentes posicionamentos políticos sobre os rumos que essa etapa de ensino deve tomar no país. Expressam a correlação de forças, interesses e expectativas dos sujeitos (individual e coletivo) sobre o tema, com base na posição social em que ocupam na cadeia produtiva (Barbosa, 2019, p. 95)

Cerca de 70% dos ocupantes de cadeiras defensoras desta reforma do Ensino Médio são representantes de grandes empresas, são elas as responsáveis por maior apoio para estas mudanças, já os 20% contra são profissionais da educação professores, coordenadores, pais entre outros, ou seja, a reforma traz o que as grandes empresas almejam para o futuro do mercado de trabalho, mas para aqueles que entendem e se preocupam com a educação e estão inseridos no meio educacional não veem como algo bom e produtivo para as futuras gerações.

Este novo ensino baseado e inspirado na preparação dos alunos para o mundo do mercado traz um ensino técnico junto com as disciplinas da BNCC que segundo o MEC (2018) traz um conjunto de orientações com competências, habilidades e aprendizagens para guiar a construção destes novos currículos nas escolas públicas e privadas do Brasil nas etapas da educação básica.

Junto com a BNCC estão os itinerários com objetivo de complementar as horas na carga horária dos estudantes como uma forma de diversificar o currículo, colocando nestes itinerários oficinas e núcleos de estudo, podendo se aprofundar em uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas

Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) ou na formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP (Brasil, 2018).

Estas mudanças de carga horária e implementação de escolas integrais estão sendo implantadas vindas da medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016 que vai tratar da política de fomento à implementação de escolas integrais.

Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. (Brasil, 2016)

E neste novo contexto de ampliação de carga horária resultado da lei ligada a esta medida, tem como grande ferramenta as escolas integrais ou Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) que cada vez mais estão sendo criadas, e adotadas para instituições de nível Médio com o intuito de aumentar a carga horária do aluno na escola. Em uma das portarias desta medida, o aumento dessa carga horária seria para uma formação integral e integrada do estudante. Mas segundo Boutin e Silva (2018)

A forma como o texto se apresenta aponta que a “formação integral e integrada” fazem parte de um projeto cuja centralidade é a ampliação da jornada escolar. O próprio título da proposta a denúncia neste sentido Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Tempo Integral. Essa tem sido uma característica marcante na agenda de educação integral no Brasil, onde o foco está muito mais no tempo ampliado do que na formação integral do ser humano. Deste modo, a formação integral e integrada parece estar em segundo plano, uma vez que não é o tempo ampliado que está em prol da educação integral, mas ao contrário, a educação dita integral parece ser uma manobra para contemplar o tempo ampliado. (Boutin e Silva, 2018 p, 525).

Deste modo, podemos refletir acerca deste novo currículo onde a carga horária é um objetivo a ser atingido, mas que não possui um foco na mesma medida em relação a todas as disciplinas antes consideradas obrigatórias, tornando algumas necessárias para formação do cidadão crítico e reflexivo sobre seu meio, como disciplina apenas disponível para estudos e práticas, deixando de lado a ideia de formar o cidadão de forma integrada e focando apenas no tempo integral e no mercado de trabalho.

Como apresentado acima, tem-se uma reelaboração do currículo de referência das escolas tanto pública como privada. Além disso, o aluno pode ter uma formação profissional e técnica ao longo do seu Ensino Médio incluso na carga horária do Ensino Médio regular, sendo

certificado ao fim do Ensino Médio e no curso técnico ou nos cursos profissionalizantes que escolheu (Brasil, 2018). Desta maneira, o antigo modelo em que era necessário cursar o ensino médio e depois a modalidade técnica, fica superada pela fusão dos modelos em uma única etapa de escolarização básica- profissionalizante. Assim, ocorre uma dupla diminuição, seja do Ensino Médio antes regular, seja do ensino técnico, aproximando cada vez mais a escolarização básica de uma plataforma técnica para a entrada dos jovens do atual mercado de trabalho desregulamentado.

Esse novo ensino é atravessado pelo que chamamos de “pedagogia tecnicista” denominada por Demerval Saviani (1944), que traz um espírito de competição entre os alunos de responsabilização, meritocracia e por fim, a privatização, mas para este trabalho tratamos apenas desta parte da responsabilização e meritocracia que estão ativos no Ensino Médio que está sendo analisado nesta pesquisa (Saviani, 1944, p 23).

No campo educacional, a tendência liberal tecnicista atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista, alinhando-se com o sistema produtivo; para tanto, seu interesse é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Digno de nota, o conceito de competência como algo adequado ao desempenho proposto ou qualificado para “ser admitido a” ou “como ser capaz de ”revelar o significado do termo associado ao contexto da crise estrutural do sistema capitalista, em que o trabalhador tinha que adequar-se às exigências da produção (Silva, 2017, p 198).

Sendo assim tem-se uma ideia de que a educação influencia o desenvolvimento econômico tendo assim, uma teoria de capital humano que torna individual problemas de inserção social, emprego e desempenho profissional tornando o âmbito da educação um valor econômico. Com propostas de objetivos de ensino mais fragmentado, o trabalho pedagógico passa a ter uma organização com base de ensino com resultado uniforme, ênfase em métodos e técnicas de ensino e inclusão de diversos recursos e exercícios(Silva, 2017, p 198).

3 METODOLOGIA

Apresentamos aqui a Metodologia que foi desenvolvida na pesquisa e conta com a seguinte organização: Campo de pesquisa, sujeitos da pesquisa, fontes da pesquisa, procedimentos de coleta de dados e modo de organização da análise dos dados.

Preliminarmente, é preciso falarmos sobre a natureza do presente estudo, de modo que ele recorrerá ao trato predominantemente qualitativo do objeto de pesquisa, ainda que tal coisa não deixe de prescindir de dados e análises quantitativas. Trata-se de uma tentativa de explorar os significados assumidos pelo Novo Ensino Médio no cotidiano de escolas de Ensino Médio em Serra Branca-PB, o que implica na compreensão densa das fontes de pesquisa e dos processos sociais que as circulam.

O método qualitativo cita três focos e nesta pesquisa utilizei do estudo de interações cotidianas, pois a pesquisa é uma análise das interações entre alunos, professor e escola e se houve mudança nestas interações, farei uma observação na modalidade outsider, a mais comum, onde o pesquisador observa os indivíduos envolvidos no fenômeno que está estudando, conversa informalmente, recolhe relatos, toma notas do que ouve e vê (ALONSO, 2016 ,p 10), mas é importante ressaltar que a entrevista não será totalmente nesta modalidade, tendo em vista que pretendo estabelecer uma conversa com o entrevistado, mas de forma a reduzir a influência a qualquer resposta mantive a conversa em curso do que o entrevistado ia contando sem expressar reações a qualquer resposta negativa ou positiva, de forma a acompanhar sua visão da realidade da instituição dessa forma escolhi como método de coleta de dados as entrevistas.

Na entrevista qualitativa, a interação ocorre de forma distinta, pois a fluidez da conversa e uma maior interação melhoram a qualidade do dado coletado. Na condução da entrevista, o conhecimento prévio das características e do perfil do são prerrogativas importantes (Alonso, 2016, P. 26)

Em geral, as entrevistas são classificadas em três formatos: estruturadas, semiestruturadas e abertas. Suas diferenças consistem no grau de estruturação prévia do roteiro de perguntas da entrevista. Na estruturada o roteiro é bastante rígido, e ela é usada, principalmente, para a aplicação de questionários. Na semiestruturada, o entrevistador segue um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões. Na entrevista não estruturada, o entrevistador apoia-se em vários temas e em algumas perguntas iniciais previstas para improvisar em função das respostas obtidas do entrevistado. Nela, o entrevistador é livre para desenvolver questões ao longo da entrevista (Alonso, 2016, p. 27).

Desde uma perspectiva ampla, o trabalho tem como campo de pesquisa o Sistema de Ensino estadual do Município de Serra Branca. Desde um ponto de vista mais específico, os campos de pesquisa serão duas escolas públicas do referido município que ofertam o Ensino Médio. Essas duas escolas do município de Serra Branca possuem estruturas diferentes: uma

mais antiga na cidade e uma construída recentemente, mais precisamente há três anos, portanto no limiar dos novos marcos educacionais como a BNCC e o próprio Novo Ensino Médio.

A Primeira é a Escola Senador José Gaudêncio, na qual estudei durante o Ensino Médio e que realiza a oferta regular do Ensino Médio com apenas o turno da manhã; a segunda é a nova Instituição de ensino Referência na cidade, a Escola Inácio Antonino, que realiza a oferta de Ensino Técnico através de dois cursos, que são o Curso Técnico em Moda e o Curso Técnico em Informática de forma integral.

A escolha dessas duas escolas se deu por diversas características. São elas; uma é referência na cidade e a outra com seus cursos e estrutura se tornou referência regional; A ECIT já é fruto da educação sob influência do Neoliberalismo uma vez que é uma escola técnica de fundação que como bem diz Laval (2004) apelando, ainda para a redução da cultura ensinada apenas competências necessárias à empregabilidade dos assalariados, para o encorajamento de uma lógica de mercado na escola e da competição entre famílias e alunos para o “bem raro” e, portanto caro, da educação.

A EEEFM. Senador José Gaudêncio teve sua origem no Ginásio Comercial Wamberto Torreão, fundado em 1963, pelo Cônego João Marques Pereira, que foi seu primeiro administrador. A sua estadualização se deu no dia 06/03/1975, sob decreto de criação no 6.450, com o nome Colégio Estadual de Serra Branca, tendo sua autorização para funcionamento pela Resolução do CEE, no 1. 049, de 05/08/1984. Está localizada à Rua Boa ventura Cavalcante Neto, nº 79, centro, no município de Serra Branca, região do Cariri paraibano. A escola passou por reforma em 2006 e hoje se encontra em condições de funcionamento com auxílio de verbas federais / estaduais do PDDE, PNAE (merenda escolar), PAAE (auxílio à merenda), PDDE-PB, PROGÁS, Programa Educação Conectada e Programa Escola Acessível (PPP, 2022P. 07). É uma escola que já existia há muito tempo e agora precisa se adaptar a estas mudanças no ensino.

Segundo seu PPP (Projeto político pedagógico) possui em sua estrutura física: 01 diretoria; 01 secretaria; 01 sala para os professores, 01 sala de coordenação; 01 sala para grêmio estudantil; 14 salas de aula, Destas 13 funcionam como sala de aula e 01 para sala de música e laboratório de Matemática e Robótica; 01 biblioteca com acervo de livros didáticos e literários, oriundos do FNDE que são utilizados por professores e alunos; 01 laboratório de ciências com equipamentos; 01 laboratório de informática com 18 computadores; 08 data shows; 01 data show completo da marca DIEBOLD com teclado e mouse (quebrado); 03 filmadoras da marca SONY, 01 máquina fotográfica digital sem uso, 02 notebook funcionando, 03 notebook

quebrados; 06 caixas de som, 02 micro sistem, 03 DVDs, 02 telas de projeção; 02 impressoras coloridas; 02 impressoras preto e branco, 01 laboratório móvel de informática com 40 notebooks; 01 lousa digital, 01 home theater, 02 violões, 01 caixa de percussão, instrumentos da banda marcial, 01 cantina com 02 depósitos; 01 quarto para arquivo da secretária; 01 quarto para Material de Educação Física; 01 guarita; 01 quadra poliesportiva sem cobertura; 08 Sanitários para alunos; 02 sanitários para cadeirantes; 02 sanitários para professores; 02 vestiários (feminino/masculino com banheiros); na estrutura externa possui 02 Pavilhões, sendo um utilizado como refeitório e outro como auditório com áreas livres. (PPP, 2022, p 07).

Abaixo trago imagens da escola, retirada de sua própria rede social.

Figura 1 - Imagem retirada da pagina do Facebook da escola



Figura 2 - Imagem retirada da pagina do Facebook da escola



Já a ECIT Serra Branca Inácio Antonino, situa-se às margens da PB 200 com acesso pela br 412, Sítio Lagoinhas, CEP:58580-000 tem como entidade mantenedora a SEECT/PB, inserida no Cariri Paraibano, sendo ponto referencial na Educação Técnica, oferecendo Ensino na modalidade de Ensino Técnico Integral em Informática para Internet e Produção de Moda. Define-se como instituição educacional integrante do Programa de Escola Cidadã Integral que oferta a região de Cariri Ocidental um Currículo para tempo integral desde ano 2018. (PPP, 2022, P. 05).

Segundo seu PPP possui 12 Salas de Aulas Temáticas (01 de Matemática, 02 de Língua Portuguesa, 01 de Química, 01 Física, 01 Educação Física, 01 História, 01 Geografia, 01 Filosofia/Sociologia, 01 Língua Inglesa/Arte, 01 Língua Espanhola, 01 Biologia, 02 Laboratórios de Informática; 02 Laboratórios especiais de moda; 18 Banheiros (masculinos e femininos); 04 Banheiros para professores; 01 Sala amplas para professores; 01 Laboratório de Biologia; 01 Laboratório de Física; 01 Laboratório de Matemática; 01 Laboratório de Química; 01 Biblioteca; 01 Coordenação Pedagógica; 01 Coordenação da Área Técnica ; 01 Diretoria com banheiro; 01 Secretaria com sala de arquivo; 01 Auditório amplo com ar condicionado; 01 Almoxarifado; Uma cozinha ampla; 01 Cantina com depósito da merenda; 01 Depósito para Educação Física; 01 Refeitório; 01 Depósito para material de limpeza; 01 Pátio externo; 01 Depósito para material pedagógico; 01 Ginásio Poliesportivo; 03 Pátios internos; 01 Sala para reuniões do Grêmio ou Clubes Estudantis. 012 aparelho de DVD; 012TV's 34 polegadas e 50 Computadores. E por fim uma escola foi onde estudei durante o Ensino Médio e a outra estou estagiando e vejo como professora em formação como está a ECIT em relação ao novo ensino médio em alguns aspectos e me despertou a curiosidade de como o senador esta lidando neste processo de adaptação.

Figura 3 - Pátio da escola, foto do acervo da pesquisadora.



Figura 4 - Pátio da escola, foto do acervo do pesquisador



Figura 5 - Sala de aula de Sociologia, foto do acervo da pesquisadora.



Figura 6 - Sala de aula de Sociologia, foto do acervo da pesquisadora.



Por sua vez, a ECIT Inácio Antonino que é uma Escola Cidadã que intercala suas aulas entre as aulas normais e as aulas dos dois cursos ofertadas pela escola (Técnico em Moda e Técnico em Informática) e a segunda é a escola senador José Gaudêncio que é uma escola regular que os alunos estudam no turno da manhã, e está ofertando a partir deste ano de 2023 um curso de Gastronomia. Busca-se como se deu esse processo de transição em cada escola, se houve investimentos para melhoria das escolas para implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e se há semelhanças e diferenças nesse processo sob influência da estrutura da escola e formação dos professores na área da sociologia e matemática.

O procedimento de coleta de dados usados na pesquisa foi de entrevista semiestruturada. Realizei entrevistas com as diretoras da escola e os professores de Sociologia e matemática sobre como está ocorrendo à implementação do novo ensino médio focado no ensino de Sociologia.

Sendo assim, tive como sujeitos de Pesquisa os Professores de Sociologia e de matemática das duas escolas um em cada, e os diretores de cada escola, fazendo uma pesquisa qualitativa de entrevistas\ conversas com as pessoas que fazem parte.

[...]e divididos conforme o foco: (i) os que visam a entender a lógica de interações sociais rotineiras, cotidianas, por meio da observação; (ii) os que acessam experiências, valores e atitudes dos indivíduos, a partir de suas narrativas ou biografias; e (iii) os que ambicionam desvendar estruturas e processos sociais invisíveis a olho nu, por meio de técnicas de reconstrução histórica (ALONSO, 2016, p. 09).

Foi entrevistado no âmbito de cada escola, o professor de Sociologia, o professor de Matemática e a Diretora da instituição, dando um total de seis pessoas, sendo um representante de cada escola para cada modalidade escolhida para entrevistar o responsável. Foi escolhido um professor de Sociologia e um de Matemática por conta da sua diferença de carga horária e valorização no novo currículo, uma vez que, a Sociologia faz parte do grupo de estudos e práticas, ao contrário da Matemática, que está na base comum e tem uma grande carga horária.

As entrevistas foram feitas separadamente para que não ocorresse uma possível influência nas respostas, foi uma entrevista em forma de conversa gravando o áudio apenas, mas as duas escolas tiveram as mesmas perguntas. Foram feitas as entrevistas no colégio Senador José Gaudêncio em horários livres dos professores após as aulas e a entrevista na ECIT Inácio Antonino no dia do planejamento da respectiva área do professor de acordo com a disponibilidade dos professores. Já os gestores foram os primeiros a serem entrevistados em seus horários livres, de forma aleatória entre as escolas. As entrevistas tiveram tempos distintos a depender do entrevistado. A entrevista da diretora da ECIT durou 48 minutos e 49 segundos;

A diretora da escola regular durou 50 minutos e 8 segundos; A professora de sociologia da ECIT passou 21 minutos e 11 segundos e a da regular durou 37 minutos e 13 segundos; Já o professor de Matemática da ECIT durou 42 minutos e 28 segundos e o da regular durou 45 minutos e 35 segundos.

Após as entrevistas escutei novamente as gravações e escrevi tudo pertinente a pesquisa. Coloquei-me a analisar os dados, separei pontos principais e fiz uma comparação dos dados e daí retirei o conteúdo para compreender as relações entre as duas escolas.

Portanto, através de entrevistas semiestruturadas com professores e diretores estabeleci uma entrevista em forma de conversa que gravei pelo celular para que ao fim pudesse recolher todas as informações que tive. Escolhi a entrevista semiestruturada para que também se no decorrer da conversa surgir outro assunto eu possa incluir e para que o entrevistado se sinta livre para falar assuntos que acham pertinentes. Visitei a escola para ter uma percepção minha sobre a estrutura e fazer uma análise teórica e documental do Projeto político pedagógico (PPP) das duas escolas.

A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. Sousa. J; Kontorski. L.P; Luis. M. A. V apud (Moreira, 2005, p 223)

Foram buscadas as semelhanças e diferenças entre estas duas escolas através do PPP fornecido pelas diretoras das escolas. Portanto, a análise documental é a forma mais apropriada para tal pesquisa, pois a mesma será uma fonte mais original e detalhada das instituições na qual estou pesquisando.

Para os professores procuramos a respeito de sua formação se é na área da sociologia, como foi esse processo de mudança de ensino, quais auxílios tiveram da escola e se não tiveram o que gostariam que tivesse acontecido, se percebem alguma dificuldade dos alunos no processo de aprendizagem, se dificultou ou facilitou.

Para a direção vou buscar informações de como foi o auxílio do governo para a escola, os documentos da escola como o PPP e o novo currículo, se houve investimentos e se mudou algo na estrutura.

4 ANÁLISE DO DADOS

Este Capítulo trata da análise dos dados da pesquisa, coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com as diretoras das duas escolas, um professor de Sociologia e um de Matemática de sua respectiva escola. Conforme já descrito na metodologia.

Para uma melhor organização do capítulo. Nós o subdividimos em três seções interrelacionadas, correspondentes aos nossos objetivos específicos, a cada um dos nossos objetivos específicos que visam a dar conta do objetivo geral que é compreender os impactos do Novo Ensino Médio nas duas escolas do município de Serra Branca-PB, através do olhar dos seus professores (as) e gestores (as).

Em cada seção, apresentamos os dados organizados por cada escola pesquisada, ou seja, primeiro apresentaremos os dados relativos à escola Senador José Gaudêncio e depois apresentaremos os dados sobre a Escola Técnica Inácio Antonino.

4.1 FINANCIAMENTO ESCOLAR

A primeira seção se intitula Financiamento escolar e buscou compreender o primeiro objetivo: analisar as transformações na política de financiamento na escola com o Novo Ensino Médio. Durante as entrevistas e através dos dados coletados é possível perceber que as duas escolas passam por realidades diferentes quanto ao financiamento e estrutura da escola para o funcionamento do Novo Ensino Médio. A seguir, apresentamos os dados da escola Senador José Gaudêncio.

A Escola Senador José Gaudêncio funciona em apenas um turno, que é o da manhã, mas apesar de funcionar apenas neste horário, tem um currículo próprio para a jornada integral com inclusão de eletivas, itinerários formativos e curso técnico. A diretora relata que faltaram investimentos e melhoras na estrutura da escola, que passou por um processo que deveria se tornar integral, mas se manteve com a estrutura que se encontra hoje. O modelo integral não foi implementado porque houve um processo de resistência da comunidade local, além dos próprios professores (as).

Ressaltamos que, em que pese a obrigatoriedade da extensão da jornada para o tempo integral nas escolas brasileiras, existe um crescente descontentamento por parte de algumas comunidades educativas com essa ampliação. Consideramos que o atual momento de cortes de verbas na área de educação afeta o funcionamento das escolas da rede pública já com as suas antigas características. A ampliação da jornada para o modelo integral assevera as distorções já

existentes e produz inúmeros desdobramentos entre os professores e na própria organização do trabalho pedagógico. Fora dos limites da escola, fatores como o desemprego, a intensificação da espoliação dos trabalhadores (as), a quebra de direitos trabalhistas, dentre outros fatores; empurram largos setores da juventude brasileira para a entrada precoce, informal e precarizada no mundo do trabalho. Como se verá, o Novo Ensino Médio apresenta, na prática, correspondências com essa entrada no trabalho simplificado dos jovens brasileiros.

Quando falamos sobre condições estruturais na escola pública, estamos nos referindo àquele conjunto de recursos, condições físicas e possibilidades de viabilização da oferta de educação escolarizada de acordo com os objetivos educacionais traçados institucionalmente. Desta maneira, uma interpelação como a que foi realizada nesta pesquisa não poderia deixar de revelar inúmeros aspectos da realidade escolar.

É assim que, inicialmente quando indagamos os participantes da pesquisa a respeito do emprego de recursos na estrutura da escola, a impressão da gestora é a de que o modelo integral seria aceito pela comunidade, condicionando tal aceitação às possibilidades reais de sua concretização com os recursos necessários. As condições concretas dos professores em fazer parte do projeto educativo da escola se coloca como uma necessidade real, condição para o próprio desenvolvimento da oferta escolar, dado que muitos professores possuem outros vínculos com outras escolas. A gestora menciona ainda a condição dilemática dos jovens que precisam do estudo, mas acabam entrando precocemente no mercado de trabalho por necessidades materiais das famílias. Segundo a mesma, em um cenário ideal, deveria haver a possibilidade de “escolha entre modelo regular e o modelo integral no Ensino Médio”.

Inicialmente, apresentamos uma preocupação geral da supracitada gestora com as questões estruturais que envolvem a possibilidade do desenvolvimento da oferta de educação escolarizada. Vejamos:

Quando se trata do financiamento da educação, sabe-se que é um elemento estruturante para organização e funcionamento das políticas públicas educacionais. Às vezes, embora não seja fator suficiente que a condição necessária para universalização do direito a educação, muitas vezes os recursos são irrisórios principalmente da merenda, pois o valor que vem é muito baixo e a escola tem que se “virar” de todas as formas, o valor vem referente há vinte dias e muitas das vezes o recurso que vem é para quinze dias e a escola tem que fazer alguma coisa para que não deixe faltar essa merenda. Outro fator agravante é que neste ano de 2023 a escola tem mais alunos matriculados do que no ano anterior, e os recursos que vem neste ano são baseados nas matrículas de 2022” (Diretora, escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida)

Desse modo, fica identificada uma questão matricial para o desenvolvimento da oferta escolar do Novo Ensino Médio na escola, que diz respeito às condições materiais, do ponto de

vista dos recursos financeiros da escola. Percebemos que, mesmo com uma estrutura supostamente inovadora de oferta escolar do nível médio, a escola convive com problemas que podem ser considerados como sumários para o próprio andamento escolar ordinário, devendo o gestor gerir os poucos recursos ou mesmo a falta desses recursos, o que pode ser observado em inúmeras escolas brasileira. Aqui, podemos identificar uma questão central na pesquisa, os antigos problemas da escola básica não são tratados de modo estrutural pelas novas políticas educacionais, devendo o corpo escolar funcionar à base do improvisado e da incerteza orçamentária.

Dentre as medidas vindas da medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, temos a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) dentre suas providências, essas mudanças vieram para dar suporte à implantação das escolas integrais e ECIT. Mas como abordamos anteriormente, o problema desta escola não poder funcionar de forma integral é exatamente por falta dos recursos que não mudaram e continuam os mesmos do funcionamento regular.

Desta maneira, o cenário que seria, em tese, de reordenamento do Ensino Médio, não acompanha as medidas econômicas, de uma maneira ampliada, sem abarcar contradições que já antes estavam presentes e sempre foram insistentes na escola. Quanto aos recursos educacionais que chegam à escola, sob formas variadas de financiamento nas políticas educacionais, sobretudo programas, apresenta-se o cenário que se segue.

As verbas vêm para escola, através dos órgãos Federais e Estaduais e de programas nacionais e estaduais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola – Paraíba (PDDEPB). Os recursos com que a escola conta hoje são os mesmo de antes, como por exemplo, recursos para gás de cozinha e internet (para o Programa Escola Conectada). Durante a pandemia, chegaram à escola recursos de complementação, mas que não significaram um incremento real nas verbas disponíveis à instituição.

A escola Senador José Gaudêncio recebeu uma manutenção alguns dias antes desta entrevista, na qual foi consertado o telhado, a parte hidráulica e elétrica, algumas pinturas, troca de portas, mas estão aguardando uma pintura geral na escola. Foi feita uma pintura em partes, pois como observei, a porta da sala da direção foi pintada, mas as janelas não foram.

A quadra da escola não é coberta, o que inviabiliza a sua utilização em algumas situações em que é demandada, devido ao clima e temperatura. A gestora alega que não existe documento de propriedade da quadra pela escola, o que nunca foi equacionado por nenhum gestor que já tenha passado pela escola. A gestora cita o exemplo do São João da escola em que os alunos ornamentaram a quadra, pois era o espaço maior na escola, mas nesse dia choveu o dia todo, e

a quadrilha teve que ocorrer no pátio pequeno da escola, no escuro, com um piso ruim. Os ensaios aconteciam nos “Vicentinos”. Que é um espaço de eventos da cidade, a gincana da escola teve que acontecer em um ginásio da cidade e tudo isso ocorre por conta do espaço da quadra ser o único grande da escola, mas por não ser coberto está muito quente durante o dia e se chover não pode ser utilizado.

Os ventiladores das salas estão todos quebrados. Foi feita uma reforma na escola próximo ao refeitório, mas quando choveu houve transbordamento, telhas foram quebradas e a escola ficou sem aulas. Os dois Professores da escola não consideram a estrutura da escola ruim, pelo contrário acreditam ser boa, mas boa para o funcionamento de um turno e para o integral já fica inviável. A biblioteca da escola funciona bem, tem muitos acervos e sempre recebe livros e tem um material didático novo.

Durante a entrevista, em termos de novos materiais, o professor de Sociologia diz “Como a área de humanas não é tão valorizada, continuou o mesmo” e o que veio foi livro didático apenas. Estas palavras são reflexo do que está posto neste novo currículo onde algumas áreas são mais valorizadas que as outras, onde umas ficam subalternizadas e outras tem mais ênfase, reproduzindo uma hierarquia curricular.

Sobre a escola funcionar em turno integral, o professor de Matemática diz que a escola não está preparada para um horário integral, pois deve ter uma estrutura física boa, adequada, atividades diferenciadas para que houvesse uma oferta atrativa para os alunos. Relata ainda que se ampliação para a jornada integral significar apenas ampliação de atividades de aula, prefere o modelo antigo. Se houvesse o investimento para melhorar a estrutura da escola, apoiaria a implementação do modelo integral, pois poderia separar o turno da manhã para a base curricular e a tarde poderia ser a parte diferenciada da escola, já que, para ele, o aluno teria mais prazer de ir para uma sala de aula, pois ele saberia que além das aulas da base comum, ele ia ter um momento diferenciado para aprofundar seus conhecimentos.

Isso nos remete a uma das portarias da medida de fomento às escolas integrais onde está posto que seria uma formação integral e integrada do estudante, que é alvo de crítica por Boutin e Silva (2018) que fazem crítica a essa formação integral mais focada no tempo que os alunos passam na escola, e portanto no cumprimento das horas, esquecendo a parte das aulas e conteúdos a serem lecionados, ao ambiente das salas, ampliando o foco apenas as horas e esquecendo aspectos fundamentais para formação dos alunos.

Concluindo o relato das suas impressões sobre a estrutura da escola, o referido professor diz que se pudesse melhorar uma coisa no novo modelo, modificaria o seu financiamento para

uma mudança na estrutura das escolas, a fim de dar conta do que chama de “diversidade nova” e oferecer conforto para os alunos.

Outro aspecto quanto à estrutura das escolas que nos chama a atenção são os laboratórios. Na Senador José Gaudêncio, já havia alguns laboratórios e computadores com defeitos. Quando é feita a solicitação de novos materiais, grande é a demora para serem entregues na escola. A gestora relata que a escola tem há muitos anos ar-condicionados guardados, pois a verba de aquisição dos equipamentos não foi acompanhada por recursos para a instalação. Tal custo a escola não tem condições de cobrir com seus próprios recursos.

Questionamos se houve alguma modificação no espaço físico da escola a fim de que haveria a oferta do curso de gastronomia, que necessitaria de um laboratório. A gestora nos respondeu que a oferta do curso foi planejada para ocorrer em salas de aula regulares e que se estivesse sendo ofertado, chegariam os recursos necessários para a instalação do laboratório. Ou seja, não teve um investimento para preparar seu laboratório, ou mesmo ter algum suporte material e se caso ocorresse seria enquanto o curso estivesse em andamento.

Relata o professor de Matemática que os recursos estão cada vez mais escassos e que, apesar de tudo, a escola é “privilegiada”, pois conta com laboratórios de informática e de ciências, ainda que precários. O laboratório de ciências não tem muitos materiais porque são caros e os alunos não podem realizar experiências. Quanto ao laboratório de internet, é importante, para ele, que haja uma internet de qualidade.

Quanto a isto, relembremos a mudança no artigo 4º da LDB que trata do dever do Estado mediante a garantia da educação escolar pública, onde é acrescido o inciso XII e por um parágrafo único. Vejamos:

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Brasil, 2023)

Diante disto, por lei o Estado deve garantir que as escolas tenham condições para fornecer a educação digital e ter uma internet de qualidade para uso pedagógico, como requerido pelo professor durante a entrevista. Isto é, mas uma medida prevista que não é cumprida.

Terminada a análise do financiamento escolar da Escola Senador José Gaudêncio, passamos agora à apresentação dos dados sobre a Escola Técnica, conforme se verá adiante.

Na ECIT Inácio Antonino no cenário atual a Diretora percebeu que melhorou um pouco a estrutura geral, e a depender do modelo de escola vai vir determinado recurso. As escolas técnicas financeiramente recebem um valor de manutenção dos cursos da base técnica, que tem se mostrado mesmo assim insuficiente. Os itinerários formativos foram adotados no ano de 2022 e os recursos estão relacionados com o plano elaborado pela própria escola relatando sobre o que necessitam.

Essa elaboração vem para a parte de Tecnologia e Comunicação e Design e Produção (cursos técnicos), e é elaborado pelos professores da base técnica da escola, o que segundo a gestora, é realizado de modo rápido, como o último plano sendo feito a partir de reuniões que consumiam uma parte do tempo dos professores no turno da tarde.

A escola tem o itinerário formativo que tem um auxílio financeiro que a escola recebe para o andamento e compra de material pedagógico, uma vez que se usa muito material pedagógico. O material mais utilizado é folhas de papel A4, que é consumido principalmente em avaliações finais e simulados de fim de bimestre.

Tal auxílio financeiro serve para manutenção dos dois cursos técnicos, e tem que ser dividido dentro de um plano que se tem do que se pode comprar, o que nem sempre corresponde a tudo o que os cursos precisam para se manter funcionando. Existiram entraves quanto à disponibilidade de materiais solicitados para os fornecedores, o que fez com que a forma de aquisição desses materiais fosse modificada quanto à compra em sites pela internet. É feita uma pesquisa em três sites diferentes que concorrem para o fornecimento e a prestação de contas ocorre com os registros dessas pesquisas na forma de capturas de tela.

Apresentamos aqui, para além do recebimento das verbas da escola, um outro fator estrutural que incide na oferta escolarizada, que é a própria estrutura física das escolas, considerando as condições das instalações físicas e seus recursos básicos e pedagógicos.

Na ECIT Inácio Antonino, o relato apresentado é de que o espaço físico é de boa qualidade, chegando a ser considerada como uma estrutura exemplo para as demais escolas da região. Os materiais didáticos estão ainda chegando aos poucos por causa da adoção do novo modelo de Ensino Médio, tal aquisição ficou menos trabalhosa com o tempo. Não é possível alterar a estrutura física da escola, em virtude de um contrato com uma construtora que prevê uma garantia de cinco anos. É reconhecido que existe a necessidade de fazer reparos na escola, todavia. A escola já contava com uma boa estrutura com laboratórios de Informática, Biologia, Física, Química e Matemática, usados nas aulas de práticas experimentais.

Quanto a livros didáticos eles vieram o ano passado, livros interdisciplinares, livros para trabalhar projetos. A escola tem um espaço pra guardar os livros, a maioria dos professores prefere que os livros fiquem na escola para no momento em que precisarem, mas os estudantes podem também os levar para suas casas, caso apresentem necessidade.

A biblioteca da escola funciona, mas com certo cuidado, pois algumas placas do teto caíram com as chuvas do ano passado, mas se o aluno precisar ele pode ir. Tem um pequeno acervo que a escola recebe de produções da própria secretaria, com obras de autores paraibanos. A gestora cita uma professora, que não faz mais parte da escola, mas que foi quem começou construir o acervo. Relatava que a então professora mandava e-mail para grandes escritores e recebia exemplares para escola, mas mesmo depois que ela saiu à escola recebe livros tanto de literatura nacional como internacional. A professora mantinha também parceria com universidades federais de diversas capitais que também mandavam livros. O governo também envia livros didáticos ela cita que, em meados de maio, a escola recebeu 10 exemplares do ano de 2021 e de 2022 de produções de crônicas, poemas e poesias de produções de alunos da rede.

A Professora de Sociologia diz que não se teve nenhum investimento, a escola já tinha uma estrutura boa e é nova já foi construída se pensando no modelo integral. Os investimentos para professores foram micro-computadores, um kit multimídia com uma TV, mouse sem fio e um teclado, mas isso veio do período da pandemia e não por conta do Novo Ensino Médio. Não veio nenhum recurso para aula de campo, nem para compra de materiais para experimentos químicos.

Sendo assim, como exposto anteriormente as duas escolas são consideradas com boas estruturas por seus professores e gestoras, apesar de algumas necessidades citadas. Percebe-se que as duas precisam de uma melhora no investimento, mas de formas diferentes, pois a regular tem uma grande necessidade de investimento na sua estrutura física para que possa suportar as mudanças de uma forma menos precária, tendo em vista que as salas não têm ao menos ventiladores funcionando, verba necessária para todos os dias da semana para a merenda e internet de boa qualidade. Não foi criado nenhum espaço para funcionar o curso técnico de Gastronomia (que não esteve entre as opções dos estudantes, embora tenha havido uma votação na escola). A escola sofre também com a falta de alguns funcionários necessários, pois quando recebeu TVs, por não ter nenhum vigia na escola, foram todas furtadas. Sofre com a falta de uma equipe de apoio como auxiliar de serviços, porteiro, vigilância, pois a escola não tem vigilância faz uns três anos, então tem uma firma terceirizada de colaboradores.

Já a escola Integral tem uma estrutura melhor, pois é uma ECIT já adequada para funcionar o dia todo e possui salas temáticas e climatizadas, quadra coberta dentre outras características, só necessita de alguns reparos, pois é uma estrutura nova o que é uma vantagem e por outro lado sofre por conta disso, trazendo sua necessidade de investimentos em materiais para laboratórios e espaços que ainda estão chegando aos poucos na escola. Necessita de mais investimentos para aulas de campo com os alunos, necessidade exposta pela professora.

Na ECIT Inácio Antonino, já havia salas temáticas com climatização, áreas comuns, laboratórios para pratica experimental e quadra coberta. No entanto, as práticas experimentais de química, física e biologia tem o laboratório com microscópio e outros materiais, mas não tem as substancias para fazer os experimentos químicos. Se o professor quiser, ele que tem que comprar o material e ele fica obrigado a isso para poder ensinar os conteúdos.

Na mesma escola, pouco tempo depois de realizarmos a primeira entrevista, gestão recebeu na ECIT Inácio Antonino materiais para os laboratórios, que ainda estavam nas caixas para serem organizados pelos professores. O professor de Matemática acredita que com os materiais novos podem executar as práticas experimentais, ressalta que a escola é nova e não tinha muitos materiais nos laboratórios deixando algumas práticas impossíveis, práticas essas que deveriam ser executadas na disciplina de práticas experimentais. Chegaram à escola diversos kits de Biologia, Química, Física e Matemática que antes não tinha. Cita exemplo da área de Robótica, que vem diversos materiais para a escola trabalhar, mas que são poucos professores que se interessam para fazer a formação necessária para trabalhar com o material.

4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLA REGULAR

A segunda seção trata da organização do trabalho pedagógico e corresponde ao segundo objetivo do nosso trabalho. Que consiste em caracterizar a organização do trabalho pedagógico diante das novas condições de oferta do Novo Ensino Médio. Assim como no capítulo anterior, traremos os dados da escola Senador José Gaudêncio e logo após os dados referentes à ECIT. É o que se verá adiante.

Nesta seção, percebemos a presença de alguns aspectos importantes, como a menção reiterada dos entrevistados ao curso técnico da escola, à interdisciplinaridade e ao atual processo de promoção dos estudantes.

A primeira e mais elementar questão sobre a organização do trabalho pedagógico na escola é que ela apresenta uma estrutura temporal e física adaptada ao antigo modelo de oferta do ensino médio, só que com um currículo baseado na oferta do Novo Ensino Médio. Esta

contradição é reiterada pela gestora e pelos professores como um entrave objetivo à boa efetivação das atividades-meio e das atividades-fim da escola. A referida escola funciona apenas no turno da manhã e mesmo assim deve contemplar todos os novos conteúdos que hoje são abordados como projeto de vida, eletivas, itinerários formativos e ainda um curso técnico que não está funcionando por falta de profissionais, mas ainda foram formadas duas turmas para o curso.

Sobre a escolha do curso técnico, conta que a escola fez do curso técnico, ocorreu uma votação com os estudantes e a maioria optou por um curso de Veterinária e em segundo lugar ficou Administração, mas quando a diretora foi a Campina Grande para uma formação, ela recebeu a notícia que o curso seria Gastronomia. Até hoje já abriram dois editais e os professores que se inscreveram não preenchem os pré-requisitos, que um deles é ter uma graduação nessa área, o que não existe na região do Cariri. Ressalto que o curso de Graduação em Gastronomia mais próximo ao Município está na capital João Pessoa e em sua maioria são cursos em faculdades particulares. Os estudantes já se manifestaram contrários e quiseram mudar o curso, mas até hoje não obtiveram resposta para tal.

Do ponto de vista da organização curricular, a o PPP da escola assim afirma:

A organização curricular consiste no conjunto de atividades desenvolvidas pela escola, na distribuição das disciplinas, áreas de estudo (as matérias ou componentes curriculares) por série, grau, nível, modalidade de ensino e respectiva carga horária – “grade curricular”.

A reestruturação curricular para o Novo Ensino Médio consiste em realizações implantação de disciplinas de Projeto de Vida e Eletivas, além dos Itinerários Formativos, Nivelamento e Propulsão, como também a extensão da carga horária mínima, para 1.000 horas por série, dando aos estudantes a oportunidade de se aprofundarem em uma área de estudo, de acordo com seus interesses e preferências, através dos três núcleos de conteúdos: o núcleo obrigatório (Disciplinas na BNCC), o flexível (Propulsão/Itinerários Formativos) e o opcional/eletivo (Disciplinas Eletivas). (PPP, 2022, p. 26).

Em primeiro lugar, temos que a implementação da BNCC se fez nas escolas brasileiras, assumindo a dianteira do processo de organização do trabalho pedagógico. Tal projeto reformula outros níveis educacionais, também o Ensino Médio, de modo a diminuir as disciplinas científicas, artísticas e filosóficas do currículo.

A escola passa por um grande desafio para organizar seu trabalho pedagógico, pois foi preciso retirar aulas de Português, Matemática, Geografia, Química para colocar as novas disciplinas. Se estivesse funcionando o curso técnico, os alunos só teriam três aulas de Português durante toda semana e retiraria uma aula de Matemática também. Como percebemos, o que está ocorrendo na realidade é o enxugamento das disciplinas onde umas são mais

valorizadas que as outras, de forma que estas menos valorizadas sejam reduzidas para inclusão das disciplinas “baseadas no cotidiano”.

A escola funciona com matrizes de cada ano assim como a ECIT. A cada ano que o aluno ingressa no Ensino Médio ele cumprirá a matriz de três anos recebida pela escola para ser cumprida. Para o curso técnico foi criado o horário para inclusão do curso, seria dois dias de aulas na quinta-feira e sexta- feira, contando um coordenador e um supervisor. Da segunda a quarta os alunos estudavam as disciplinas da base comum e na quinta e na sexta era reservado à base técnica, tudo dentro do horário da escola regular.

Sobre os planejamentos, acontecem semanalmente às quartas feiras pela noite, com todos os professores juntos, não se tem o planejamento por área como na ECIT. A gestora nos relata que tem aqueles professores que resistem em “investir no novo” apesar de ser minoria, nem todos se atentaram para essa mudança que exige mais do professor e isso faz com que ‘a interdisciplinaridade funcione, mas não 100%”. Relata ainda que tem os que são ativos e procuram coisas novas e acabam ajudando e influenciando aqueles que ainda resistem.

Ressaltamos que a interdisciplinaridade é quase sempre aqui considerada como algo bom em si mesmo, sem problematização mais ampla sobre as suas condições e a sua instrumentalização em determinado projeto pedagógico, como por exemplo, com todas as disciplinas com tempo reduzido.

Em sua visão, o ponto positivo deste novo currículo é a questão das eletivas que acha interessante e as aulas de projeto de vida onde o professor e a escola descobrem mais sobre o aluno. Sobre o protagonismo não tem disciplina específica, mas sim despertar o protagonismo nos alunos de uma maneira transversal. Deste, modo a ideia de protagonismo vai assumindo importância no currículo, como uma atitude desejável, ocupando o lugar de conhecimentos antes considerados elementares para a formação.

Outro fator agravante é que desde o período da pandemia os alunos não podem ser reprovados, eles são promovidos. E isso “acomodou muitos alunos”, segundo a gestora, pois no fim do ano tem uma prova para os alunos fazerem, e aqueles que não obtiveram duzentos e oitenta pontos ou que tenha pelo menos metade da frequência escolar não podem ser reprovados. Os professores tentam se adaptar. Embora com muitas dificuldades às exigências. No geral as mudanças provocam reflexões sobre a prática que culminam em ações proveitosas. Devido às exigências, a diminuição das aulas causou preocupação, mas os professores entendem que é necessário diante do surgimento das novas e a necessidades de cumprir o currículo.

Sobre o momento de planejamento na organização do trabalho pedagógico na escola, muitas falas dão conta das iniciativas coletivas e as tentativas de integração entre áreas e professores. Esse processo ocorre em meio a muitas contradições.

4.2.1 Professor de sociologia escola regular

Destacamos que alguns elementos importantes, sendo eles: livros didáticos, ausência de formação de professores, a questão da coordenação pedagógica, o ensino de Sociologia e a interdisciplinaridade. O Professor de Sociologia acredita que faltou um planejamento maior a respeito dos colegas, pois se é para trabalhar de uma forma interdisciplinar, só o livro não resolve, e “aos colegas falta o entrosamento, pois vem um livro para trabalhar de forma interdisciplinar”. Diz que os “professores sentaram e dividiram por áreas e disciplinas pela grade curricular, foi visto que nos capítulos já traziam uma ideia para cada disciplina, foram divididos os capítulos que tinham mais sentido com a sociologia”, mas mesmo assim reforça a falta um planejamento melhor com os colegas. Assim, o professor acaba dando mostra de que o livro didático ainda assume a centralidade da organização do trabalho pedagógico.

Tal coisa nos demonstra como o livro didático, que é um recurso didático já largamente consagrado na prática pedagógica, assume ainda a centralidade da organização do trabalho pedagógico, resistindo ao tempo e às reformas educacionais. Com a implementação da BNCC, existiram modificações de alinhamento à dinâmica dos itinerários formativos, bem como às novas ênfases nas disciplinas hegemônicas do currículo e suas relações com as demais disciplinas.

“O Governo” mandou uma “preparação” que chegou de forma online, uma preparação que segundo eles foi mais um aviso de que iria mudar para aquele novo modelo. Não houve uma capacitação ou preparação realmente, mas sim o envio de documentos e algumas vezes os professores entram em contato com a gerência para tirar dúvidas, que segundo a própria gestora, nem eles mesmo sabiam responder.

Segundo o professor de Sociologia

Não está ocorrendo à organização do trabalho pedagógico, pois a escola não tem coordenador pedagógico, o que tinha foi transferido para outra escola, e agora está aguardando a chegada de outro. (Professor de Sociologia, escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida)

Quanto a isto, a diretora diz que

A escolha do novo coordenador na escola não ocorre por contrato específico para a área, o que ocorre é que é escolhido um professor que está com duas matrículas e não está conseguindo aulas suficientes, (caso do último que esteve na escola) em que uma matrícula foi aproveitada na coordenação na escola. Outro professor já pediu remoção para a escola para coordenador, mas ainda está no processo burocrático e não tem previsão para iniciar. (Diretora, entrevista concedida, Senador José Gaudêncio).

Desta maneira, o critério para ocupar a função de coordenador pedagógico da escola não obedece ao critério de competência na área, senão a um arranjo de carga horária para equacionar as novas necessidades de horário do Novo Ensino Médio. Ainda assim, a gestora nos revela que a ausência desse profissional, por razões de ordem burocrática, está impedindo que o trabalho de organização pedagógica seja realizado.

Quando se trata do planejamento para o ensino de sociologia, a questão apresentada como a mais complicada é o trabalho com a interdisciplinaridade. Relata o professor que “muitos colegas da área de humanas ainda estão muito apegados ao tradicional ao antigo plano de curso, ao mesmo discurso, não fazer novas releituras. Assim se pudesse mudar algo seria, ter algo que traga e cobre mais diálogo entre os professores, ter um coordenador pedagógico capacitado na área”. Na visão do professor, não seria necessário retirar nada na proposta do novo Ensino Médio, mas necessita de uma política de formação para os professores melhor do que a atual (“adicionaria uma capacitação para os professores”).

Aqui, fica demonstrado como o novo modelo de Ensino Médio foi implementado sem a participação ativa e ao largo dos interesses e experiências dos professores da rede básica de ensino. Além das deficiências quanto ao seu fomento econômico, não há uma formação específica envolvendo o novo modelo. Pressupomos que tal coisa acontece não apenas pela falta de financiamento e de uma política estruturada de formação continuada para os docentes, senão que o imprevisto e a adaptação às realidades locais é uma regra que se impõe na forma de não diretividade no sistema de ensino. Desse modo, não haver a política de formação dos professores de modo consistente é algo adaptável ao esvaziamento curricular já em curso com o modelo. Desta forma, podemos considerar que o modelo de interdisciplinaridade adotado segue uma norma de informalidade, uma modalidade quase improvisada entre os professores de diferentes áreas.

4.2.2 Professor de matemática da escola regular

Por sua vez, o professor de Matemática acredita nas virtudes de inovação que estão relacionadas ao novo modelo do Ensino Médio. Reiteradamente cita a mudança provocada entre os professores e coloca antigos e tradicionais professores em confronto com a atual dinâmica

escolar. “O Novo Ensino Médio” veio dar uma “sacudida” pra que nós pudéssemos não ficar mecanizados”, afirma. Assevera, no entanto, que: “o desafio foi a forma como iria conduzir esse Novo Ensino Médio já que era uma coisa nova, então criou um impacto, pois vinha de uma forma tradicional e essa nova forma de ensino veio para inovar e assim criou a dúvida de como faria essa inovação, começou a aparecer dificuldade entre as áreas de como iria conseguir conversar com o professor de uma outra área de humanas, linguagens [...]”

“Tudo isso foi um impacto, pois não teve nenhuma preparação”. Para ele trata-se de um ensino médio

“jogado de cima para baixo”, como exemplo os itinerários formativos que não houve uma capacitação para que os professores pudessem escolher, é uma coisa que é nova e nem o professor sabe o que é que ele está fazendo ali, que eletiva ele vai ministrar para que ele possa dar o melhor de si. (professor de matemática, escola senador José Gaudêncio, entrevista concedida).

Assim, ainda que a inovação seja defendida pelo professor, ela entregue a si mesma, sem ter os seus significados explorados, pouco significa para a prática docente. Tal coisa contrasta com a deficiência na formação dos professores para o novo modelo, que é mais uma vez denunciada na pesquisa. Dessa forma, o desenvolvimento do ensino perde sua sistematicidade, adentrando-se em uma lógica de improviso, de modo que o mesmo professor considera que os professores são “cobaias” de uma experiência “de alguém nunca foi em uma sala de aula”.

É possível ver isto na realidade uma vez que o professor relata que não veio nada, apenas os documentos onde o professor pega o itinerário formativo correspondente a sua área. Alguns colegas, por exemplo, escolhem determinada disciplina outros a direção diz qual o professor deve ficar para completar sua carga horária, ou seja, o professor é praticamente obrigado pegar esses itinerários formativos por conta de uma grade curricular, para completar o que o Estado exige como carga horária. Os professores não têm preparação, tentam com experiências com outras escolas entender o que é o Novo Ensino Médio para que possam fazer da melhor forma possível, estão tentando aprender, mas de forma muito precária ainda.

Apesar disso, o professor de matemática diz que gosta e que é um desafio novo, algo que está aprendendo dentro dos seus trinta e seis anos de sala de aula, e é bom sempre ter um desafio e buscar melhorar a aula cada vez mais, principalmente a matemática que é uma aula que os alunos acham muito chata. Segundo ele, o Novo Ensino Médio na escola foi jogado de uma maneira “eu mando e você obedece” chegou de “para- quedas” na escola. A escola tem duas modalidades onde o professor vivencia o novo em algumas turmas e o velho em outras

turmas. O primeiro e o segundo ano têm o Ensino Médio inovador, com itinerários eletivos e o terceiro ano não. O material, segundo ele foi escolhido e verificado com muito cuidado, e selecionado os livros que achava correto para usar em determinadas turmas e os conteúdos que se encaixavam. Com essa liberdade o professor faz seu programa de acordo com o que escolheu para ser sua orientação durante o ano letivo.

O professor diz ainda:

Acho a liberdade oferecida algo bom, pois um assunto que vai ensinar no terceiro ano, pode começar a trabalhar no primeiro ano para que ele fosse se preparando para quando chegar ao terceiro já conhecer o assunto e alguns conceitos básicos, para no terceiro ano poder cobrar de uma forma mais aprofundada e preparar melhor para o Enem, concurso e o que mais precisar. (Professor de Matemática, escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida).

Assim, com essa nova grade curricular acha interessante, pois “antes tinham as disciplinas isoladas” e nessa nova base são separadas as áreas e a Matemática que ele define como “área nobre” fica sozinha, e na escola buscam sempre interagir com os colegas das outras áreas. Conclui que os professores mesmo fazem, pois o Estado não oferece nenhuma condição ou capacitação para ter experiência em outras áreas para que possa trazer essa nova ação para dentro da escola.

Com isto, ele detalha como funciona a organização entre eles para cumprir o novo currículo

O que acontece é que a escola tem um quadro de professores que entre eles tenta trazer essa contextualização para dentro da sua realidade, envolvendo outras disciplinas tentando ser da melhor forma possível. Busca-se organizar o trabalho pedagógico da melhor forma possível, a escola tem uma coordenação por área e o seu papel é coordenar essa aula de forma que se faça um planejamento para que todos estejam na mesma linha de conhecimento, orientação, aprofundamento. Cada professor pega uma turma diferente ou série e buscam falar a mesma linguagem e conteúdo junto com o coordenador da área. (Professor de matemática, escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida).

A preocupação com a avaliação se faz presente também na fala do professor, que considera que deveria haver uma consonância entre o Enem e o novo modelo do Ensino Médio: “tentar buscar modificar o Enem para ficar separado por áreas para ficar na mesma linha do Novo Ensino Médio procurando qual área o aluno se identifica, qual itinerário formativo e qual seu projeto de vida e assim no Ensino Médio buscaria ficar só na área de sua escola e durante os três anos seria preparado e aperfeiçoado nela”. Temos aqui uma defesa do novo modelo de itinerários formativos a serem radicalizados no ensino médio e nas avaliações nacionais, sob a justificativa de atendimento aos interesses dos estudantes.

Terminada a análise do Trabalho Pedagógico da Escola Senador José Gaudêncio, passamos agora à apresentação dos dados sobre a Escola Técnica, conforme será demonstrado a seguir.

4.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ECIT

Na ECIT a diretora diz que sempre teve coordenador pedagógico na escola e afirma que uma figura de um coordenador pedagógico na ECIT é muito presente, pois é ele que toma conta da parte pedagógica da escola, a “base” embora tudo que se faz na escola é planejado em conjunto, tudo planejado semanalmente dentro das ações que a escola tem que realizar durante a semana. Toda área tem um coordenador e cada coordenador também é gestão, ou seja, na ausência do coordenador pedagógico, do coordenador financeiro e do gestor geral é o coordenador de área que assume, sendo gestão dentro de sua respectiva área. Em seu PPP, a escola descreve sobre a organização do trabalho pedagógico como apresentado a seguir.

O corpo docente desenvolve seu trabalho pedagógico com eficácia, realizando estudos e planejamentos dentro de suas áreas de conhecimento de terça a sexta e coletivamente sempre que necessário, nos quais organiza sua prática pedagógica baseada no PROTAGONISMO, FORMAÇÃO CONTINUADA, EXCELÊNCIA EM GESTÃO, CORRESPONSABILIDADE e REPLICABILIDADE, promovendo assim a interdisciplinaridade e a transversalidade dos conteúdos, sanando as dificuldades e atendendo as necessidades do educando. Todo esse trabalho está em consonância com as metas da Proposta Pedagógica, subsidiando a Proposta de Intervenção Pedagógica, o Plano de Ação da escola, O Programa de Ação e os Guias de Aprendizagens sistematizando a prática pedagógica e despertando, nos jovens protagonistas, a capacidade de iniciativa (Ação) a liberdade (opção) o aluno, e o compromisso (responsabilidade) para fazer escolhas, atuando de maneira autônoma, solidária e competente sobre os contextos e desafios, limites e possibilidades advindos deste século. (PPP, 2022, p 05)

Neste semestre houve uma mudança (a escola é semestral e não anual). Mudou que ao invés dos alunos do terceiro ano todos os dias da semana estarem ocupados com o TCC, criou-se o que a diretora chama de “Se liga no Enem” que leva a aulas para o Enem, palestras motivacionais levando em conta o projeto de vida do estudante e aquilo que ele quer ser. Chegam à escola sequências didáticas e um banco de questões, que poderão ser utilizadas ou não, a depender do planejamento docente. Tais questões podem ser usadas em eventos ou nos chamados aulas de preparação para o Enem.

A gestora afirma que como o modelo da escola cidadã integral já era parecido com este novo modelo, eles já tinham uma “prévia” de como seria trabalhar com o novo ensino médio, só foi preciso se adequar. As mudanças ocorreram dentro da realidade, lembra que nos

planejamentos a professora de Biologia falava: “Meu Deus do céu, como que vou ensinar esses meninos em uma aula”.

A gestora se mostra preocupada com o que será ensinado aos alunos e com a aprendizagem destes. Reconhece também que a autonomia e a prática do professor devem ser o ponto principal dessa relação, uma vez que é preciso que saiba modificar a sua prática, pois o planejamento nem sempre se cumpre da mesma maneira em todas as turmas.

A escola trabalha com três matrizes sendo; 2021, 2022 e 2023 de forma que quem está no terceiro ano está com a matriz curricular de 2021, quem está no segundo ano está com a de 2022 e quem está no primeiro está com a matriz de 2023, ou seja, são três matrizes diferentes, pois quem começa com uma matriz tem que terminar com ela, todo ano a escola técnica recebe uma matriz a cumprir durante os três anos.

A gestora diz que o planejamento das aulas é feito em conjunto, para que “a interdisciplinaridade aconteça e os professores possam trabalhar em conjunto”. Sobre as disciplinas práticas experimentais, as turmas de terceiro ano não têm, pois ela passou a ser implementada no ano de 2022 e eles iniciaram em 2021, então quem está com prática experimental é quem iniciou o Ensino Médio em 2022 e 2023. Outro exemplo é a disciplina de tutoria, que foi implementada em 2022 então alunos do terceiro ano nunca tiveram disciplina de tutoria.

Reiteramos que a organização do trabalho pedagógico é percebida pela maior parte dos entrevistados como uma discussão eminentemente relacionada com as disciplinas porque considerados que as mudanças curriculares recentes impõem indiretamente tal visão. Desta forma, a discussão sobre princípios e fundamentos da aprendizagem ficam esvaziados diante da necessidade de cumprir as demandas curriculares oficiais.

A gestora conta que as mudanças nas disciplinas foram a redução do tempo de aula nos primeiro e segundo anos, que não foram reduzidas por conta de necessidade escolar e sim por que veio reduzida mesmo neste novo ensino médio, pois tutoria até 2021 era um encontro marcado entre tutor e alunos, para saber da vida acadêmica dele como está, os encontros podiam ser mensais ou a cada quinze dias a depender da necessidade. Mas em 2022 a tutoria vem como uma disciplina, como práticas experimentais e protagonismo também, pois o protagonismo era algo que tinha que ser despertado nos alunos e tinha que trabalhar isso dentro de tudo que tinha trabalhado na escola e agora o protagonismo é uma disciplina, sendo assim houve uma redução para a implementação destas como disciplinas, ou seja, algumas disciplinas perderam aulas. E, portanto para ela esse é o ponto negativo, a redução de carga horária, mas não ver tantos, pois

a escola já tinha uma base parecida e houve mais revolta aos professores que tiveram tempo reduzido.

É possível perceber que os itinerários formativos é que funcionam como base e princípio pedagógico, moldando inclusive a disponibilidade do trabalho docente, a readequação das áreas e o processo de ensino-aprendizagem da escola.

Para a escola veio livros de projeto de vida, os projetos para serem trabalhados com interdisciplinaridade, embora que hoje se use muito os meios digitais para darem suas aulas, devido cada sala ter uma TV facilitou tanto para os alunos como para os professores. Para sua construção do quadro de professor, tem que ter as três matrizes com ela, para saber distribuir a quantidade de aula pra cada um, tendo um total de 28.

4 3.1 Professor de sociologia ECIT

A professora de Sociologia participou da consulta do Novo Ensino Médio, só que ficou no processo de implantação e depois “chegaram para os professores e disseram que tinha que ser colocado em prática e não houve uma capacitação só houve um curso online para os itinerários”, mas como era período de pandemia, as consultas foram realizadas de modo remoto e depois quando a escola passou a funcionar de modo híbrido.

Sobre a chegada da “implementação” ela diz que “chegou o documento de como tinha que ser e as disciplinas e pronto”. A formação foi feita de forma online e no modo perguntas e respostas, com os professores fazendo mutirões para responder coletivamente às perguntas, mas se nenhuma formação específica durante o processo, fato que é preocupante, pois demonstra a negligência do Estado quanto a preparar seus docentes para trabalhar com este novo modelo que muda toda a concepção de currículo antes conhecida.

Ressalta que os professores que “recebem as disciplinas sabem de quem diminuiu as aulas como português e colocou letramento, tirou Matemática e colocou nivelamento, além de outras”, o que evidencia o esfacelamento do currículo com a queda das suas disciplinas consideradas clássicas.

No campo da Sociologia, chegaram materiais pedagógicos baseados na ideia de eixos temáticos, como é comum no Novo Ensino Médio e na nova estrutura curricular das escolas públicas. A exigência de organização do trabalho pedagógico consiste em articular a disciplina de sociologia com as de História, Filosofia e de geografia, o que demonstra ainda mais o caráter residual assumido por todas essas disciplinas tanto na BNCC, quanto depois, na prática curricular.

Na área de ciências humanas, tem os dias de planejamento que ocorre todas as terças. Tem uma crítica em relação a isso, pois “dizem que existe um fluxo”, mas ela diz que “não ocorre essa integração”. Dos três professores que trabalham com a área de ciências humanas, os professores se encontram em uma situação dilemática. A professora relata que a docente da disciplina de Geografia segue à risca o seu itinerário, o que nos revela uma vontade de maximizar a sua carga horária diminuta com conteúdos da disciplina que ministra. Por outro lado, se a articulação entre áreas acontece, com pouco tempo, ela corre o risco de não dar conta dos conteúdos que já tem sem tempo reduzido no currículo. Existe a percepção de que os professores “não se comunicam entre si, a não ser em alguma ação deliberada”, apesar da formação sobre itinerários formativos vivenciada com docentes da UFCG-CDSA em processo de formação continuada.

Se pudesse mudar algo neste novo modelo seria

Tornar a Sociologia e a Filosofia obrigatórias, retiraria algumas disciplinas como Tutoria e Protagonismo seriam algo a trabalhar com os alunos sem a necessidade de ser disciplina, trazer mais formação para os professores trabalharem com as mudanças, formações presenciais, capacitação entre outros e mandar mais recursos. (Professora de Sociologia, ECIT, entrevista concedida)

Como se vê, a preocupação com as disciplinas que tiveram carga horária diminuída ou praticamente diluída no currículo é predominante entre os entrevistados. As novas disciplinas, essas sim, são tratadas como disciplinas não prioritárias no currículo.

4.3.2 Professor de matemática ECIT

No ponto de vista do professor de Matemática, por a escola cidadã já trabalhar com muitas coisas que foram implementadas com o Novo Ensino Médio, como projeto de vida e as eletivas, ele considera “interessante”, mas ressalta que tem colegas que criticam, pois mudou a carga horária deles. Para a Matemática acha que foi muito bom, pois a matemática traz muita dificuldade e com esse novo modelo o professor pode tentar resolver as dificuldades dos alunos vindas dos anos anteriores. Conta que o Estado sempre oferta formações, mas no início do planejamento pedagógico os professores receberam muito material falando sobre o Novo Ensino Médio e como ele deveria ficar, dentre outros. Em alguns casos as disciplinas não recebem material vem para um bimestre e no outro não vem.

Na disciplina Protagonismo (que aqui aparece como uma disciplina), lecionada pelo professor, foi implantada no ano passado, portanto só é disciplina para o primeiro e segundo

ano e no terceiro ano é algo a ser despertado nos alunos, pois ainda fazem parte da matriz que não é parte do Novo Ensino Médio.

Para essa disciplina na turma de segundo ano, a equipe que faz as aulas vindas do Estado que chega praticamente uma semana antes de começar”. Para o primeiro ano como foi implementado em 2022 “os professores tem uma cartilha para desenvolver as aulas, pois tem uma sequência programática e além da cartilha tem alguns instrumentos para preparar as aulas”. Recordemos a fala da liberdade do outro professor e percebemos como é ilusória partindo desta realidade de que os professores recebem aulas prontas para executar. Diz ainda que

Como a escola entra no modelo, estuda as diretrizes pelo modelo da escola cidadã os professores recebem um livro referente a cada uma das disciplinas, onde o professor estuda cada uma e vai desenvolvendo suas aulas, além disso, teve oferta de algumas formações tanto remotas como presenciais. (Professor de matemática, ECIT, entrevista concedida).

Cita uma formação de Robótica presencial que foi na Gerência na cidade de MonteiroPB que foi muito boa, segundo ele e agora está tendo o curso de forma remota. Inclusive, a entrevista ocorreu no laboratório em que estão os materiais de Robótica e o professor me mostrou alguns trabalhos feitos com o material.

O professor é o coordenador da área de ciências exatas, diz ter “uma boa equipe de professores de Matemática”, recentemente chegou uma professora nova e ressalta que “tem uma preocupação com ela para sempre fazendo uma formação com ela para que ela fique o mais engajada possível no modelo da escola”, ressalta que “todos os professores novos passaram por uma formação para poder compreender como funciona o modelo da escola cidadã”.

Diferente das outras áreas que sofreram com mudanças na carga horária e nas disciplinas, muitas vezes tendo que ir buscar disciplina na parte diversificada para complementar sua carga horária, não houve prejuízo em sua disciplina. Na sua área “não sentiu muita dificuldade, somente na hora de montar a “grade” no currículo de selecionar as disciplinas mais importantes, fundamentais para o Enem que é o maior foco da escola”, mas diz também que “na hora de programar os conteúdos para o bimestre tem que diminuir muitos conteúdos”, pois “vai ter menos aulas para focar nos assuntos da série por conta da propulsão, mas que olhando do ponto de vista geral, acha legal”.

Percebemos que o professor se adequou ao novo modelo do Ensino Médio e considera a sua estrutura satisfatória, apesar de também apontar contradições como a diminuição dos conteúdos.

Para ele “a interdisciplinaridade dentro da área está funcionando bem, o planejamento ocorre junto e sempre buscando unir ideias”, mas acha mais difícil “quando tem que se unir a outra área”, o que percebemos também ser o problema na área da Sociologia que quando sai de sua área para dialogar com as demais, sente mais dificuldade.

Aqui, é importante ressaltarmos que o nível de diálogo entre diferentes disciplinas pode ser mais ou menos complexo a depender dos seus campos e naturezas de origem. Desta forma, dialogar no interior das assim chamadas ciências exatas parecem ser mais possível na visão do professor. A interdisciplinaridade pressupõe justamente esse tipo de diálogo. Os desafios colocados aqui são como os professores das outras áreas poderiam desenvolver práticas interdisciplinares sem diluir ainda mais os conteúdos de suas áreas? Como os professores de todas as áreas poderiam dialogar com áreas de conhecimento não tão afins?

Em seguida detalha como ocorre o processo de planejamento

Toda segunda feira ocorre uma reunião dos coordenadores de área e a coordenadora pedagógica com a gestão para ver o que tem de demanda, o que tem que alinhar e qual necessidade de cada área e durante os demais dias da semana cada área tem seu dia de planejamento onde o coordenador repassa as informações para o restante dos professores e montam o planejamento. (Professor de Matemática, ECIT, entrevista concedida)

No geral diz que o planejamento está funcionando da melhor forma possível, os professores tem apoio da coordenadora pedagógica que lhe orienta e tira suas dúvidas quando necessário.

Suas sugestões de mudança seria “retirar algumas disciplinas como tutoria que praticamente não tem material e o professor tem que ficam inventando coisas para trabalhar na aula”, algo que acredita até que foge do que deveria ser trabalhado na tutoria e “poderia ser colocado uma aula de outra disciplina que teve a carga horária reduzida como Química”.

Relembra que a tutoria no outro modelo “era um encontro semanal entre o tutor e seus alunos onde faz o acompanhamento, monitoramento fala sobre as notas e as dificuldades”. Outro exemplo usado por ele é a disciplina de estudo orientado que são duas aulas.

Onde uma se traz técnica de estudo para os alunos e a outra é para os alunos estudarem onde o monitor pode ir fazer uma revisão antes da avaliação semanal, mas que às vezes deixa a desejar. (Professor de matemática, ECIT, entrevista concedida)

Para a Matemática, adicionaria uma aula para práticas experimentais em Matemática, pois agora acontece como um rodízio entre outras disciplinas para essas práticas e o professor

acredita que seria de grande valia ter como disciplina, ou seja, garantindo sua permanência e horários para que pudesse trabalhar mais essas práticas com os alunos.

Diante de tudo que foi exposto acima, lembro que o assunto mais abordado por todos é a questão da interdisciplinaridade entre as áreas e a adaptação as novas disciplinas. Para finalizar trago as ideias de mudanças de professores e gestores onde são citadas que aumentaria o financiamento das escolas para ter estrutura para ofertar essa base diversificada, a exigência de ter um coordenador pedagógico na escola, pois é essencial para a preparação e suporte aos professores neste novo modelo, trazer mais preparação e capacitação para os professores, um professor sugeriu ainda a mudança do Enem para que ficasse dividido por áreas. Tornar a Sociologia e a Filosofia obrigatórias e remover algumas disciplinas, como tutoria e protagonismo seriam algo a trabalhar com os alunos sem a necessidade de ser disciplina, para a maior parte dos entrevistados.

É preciso dizer que são justamente as novas disciplinas, as que promoveriam uma maior proximidade entre professores, estudantes e os seus desejos e aspirações do cotidiano, que são tratadas pelos entrevistados como disciplinas problemáticas, entraves curriculares.

5 PRÁTICA DOCENTE E O NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA REGULAR E ECIT

A terceira seção trata da Prática Docente e corresponde ao terceiro objetivo: compreender as mudanças na prática pedagógica através dos professores (as) e gestores (as). Como nos demais capítulos anteriores faremos a divisão por escolas, sendo a Senador José Gaudêncio Primeiro, onde denominamos escola regular e logo após os dados da ECIT, como se verá adiante.

5.1 ESCOLA REGULAR

Na Escola Senador José Gaudêncio a diretora traz como ponto positivo deste novo modelo a disponibilidade de mais tempo para os estudantes aprofundarem seus conhecimentos que vão agregar e são importantes para o futuro profissional que cada um escolher. Existe, para ela, a possibilidade de o estudante construir parte de sua formação conforme seus “interesses, aptidões e vocação”. Ressalto que esta é uma visão dela sobre o que está sendo proposto no modelo, mas na realidade da escola não é isto que está ocorrendo, como se verá a diante neste trabalho.

Por outro lado, diz:

Acho surreal essa ideia de colocar o Brasil próximo aos países mais desenvolvidos, pois em algumas cidades está sendo colocado como forma de imposição, os alunos não tem como escolher, pois alguns alunos não tem pré disposição para passar o dia todo na escola, muitos trabalham e termina sendo um projeto de educação contrário a democracia. Mas a escola na medida do possível mostra seu trabalho e faz de acordo com sua realidade, dá exemplo do prêmio escola de valor sempre recebido pela escola, os professores que fazem projeto do décimo quinto sempre é aprovado, leva alunos para o conexão mundo, tem destaque em olimpíadas de português e matemática entre outros. (Diretora Colégio Senador José Gaudêncio, entrevista concedida)

Outro ponto negativo é que na maioria das cidades possui apenas uma escola pública de Ensino Médio e os alunos não tem como escolher ou vai estudar integral ou vai por pressão fazer o EJA. Tal coisa não acontece em Serra Branca, que segundo ela foi “agraciada”, pois tem uma escola de Ensino Médio regular e outra integral, tendo como os alunos optarem entre elas, apesar de que alguns alunos se matriculam na integral e depois se transferem para a regular, pois é recorrente a transferência de alunos vindos da escola integral fazendo matrícula na regular, “pois não aguentam o integral”.

O Professor de Matemática acha interessante o modelo desenvolvido atualmente “porque se tem a liberdade de se ver que o mundo hoje não tem uma disciplina isolada, uma

depende da outra”. Oferece o exemplo do Enem, que “é todo contextualizado, então tem que fazer uma leitura boa para entender o que ele está pedindo no enunciado, para que dentro da Matemática tenha condições de responder, não necessariamente usando cálculo”. Concluindo ainda, diz que acha interessante essa ponte que está existindo entre as disciplinas hoje, mas ressalta que é “uma coisa nova e se os professores não ficarem sempre se atualizando com capacitação e aperfeiçoamento; cada vez mais vai ficar a desejar na sala de aula”. Neste ponto, com grande precisão o professor relata a necessidade do professor buscar estar sempre atualizado, mas como já relatado anteriormente relembro que o Estado não mandou tais formações necessárias ao professor. Assinalo ainda que um professor mais adiante diz que estão cobrando essas formações e aperfeiçoamentos que mesmo que viessem, seria inviável a ele participar, pois, para completar sua carga horária trabalha em duas escolas, tornando suas horas “livres” escassas.

5.1.1 Evasão

A escola tem 424 alunos matriculados, e tem uma “busca ativa”. A direção busca ainda entender os motivos que fazem com que haja uma crescente evasão da escola, mas tem indicações práticas de que se trata predominantemente de estudantes maiores de 18 anos. Sempre que necessário, a escola se dirige ao conselho tutelar e até mesmo ao promotor. Segundo os relatos, existem alunos que apenas se matricularam, mas que não chegaram a frequentar a escola.

Para o professor, não há diferenças entre o novo modelo e o antigo modelo do Ensino Médio, o que diferenciou as relações escolares foi a pandemia, já que as aulas remotas foram uma forma de evasão por parte dos alunos que apenas deixavam suas telas ligadas mas não estavam efetivamente participando das aulas. Também a aprovação irrestrita no período da pandemia produziu, segundo ele, desestímulo, pois existe cobrança sobre alunos e nem vão à escola e nem fazem as atividades, mas mesmo assim são aprovados, como os demais. Para o professor, tal medida retirou a autonomia do professor em sala de aula.

5.1.2 Alunos

Outro ponto negativo visto pela diretora é a dificuldade por parte de alguns alunos, na questão do desinteresse da falta de concentração e assimilação, falta de perspectiva para o futuro

de uma minoria dos alunos, ressalta que a escola se preocupa com estes, pois não deve focar apenas naqueles que estão mais focados.

As eletivas da escola são semestrais, ao fim dos seis meses tem o feirão das eletivas onde os alunos vão escolher uma nova eletiva para participar e durante esse feirão os alunos trazem os seus produtos para vender na escola. A professora faz um bazar e traz lucros para a escola, sendo assim a diretora acha essa eletiva de empreendedorismo fundamental e que deve se consolidar, pois prepara aquele aluno que não quer seguir da escola para a universidade. Aqui, fica claro como a perspectiva do empreendedorismo é uma saída precária para a não entrada na universidade e para a entrada no mercado de trabalho de maneira eclética. O que nos remete também a tendência liberal tecnicista abordada anteriormente (SAVIANI, 1994).

Sobre as eletivas, destaca a eletiva que é um clube de leitura da professora de Português e uma eletiva de empreendedorismo que a diretora considera muito importante e que vem dando certo na escola, alguns alunos se destacam, são empreendedores, alunos que não tinham interesse na leitura e hoje lêem mais, levam livros da biblioteca escolar.

O professor de Sociologia vê muita falta de interesse, grande desestímulo em grande parte dos alunos, percebe que o terceiro ano não tem determinação. A questão de passar os alunos que vem desde a pandemia que não pode reprovar aluno, mesmo aqueles que abandonaram a escola desde o segundo bimestre e isso causa uma revolta naqueles que estudam e se dedicam e é fator para esse desestímulo. Uma professora que entra na sala durante a entrevista diz que os alunos gostam de eletivas que fujam mais de escrever, ler e “querem algo mais de prática”, cita o exemplo de uma eletiva para preparar para redação do Enem, que é a que menos desperta interesse nos alunos.

5.1.3 Prática pedagógica

A primeira indicação trazida pela gestora é de que os livros didáticos são interdisciplinares e encontram resistência de uma parte significativa dos professores que estão mais acostumados com o modelo tradicional.

O Professor de Sociologia não tem eletiva, mas diz que as eletivas não ocorrem como deviam onde os alunos escolhem, mas é a escola que escolhe qual eletiva vai oferecer. Professores que estão sem aula ofertam eletivas para completar a carga horária. Acredita que em uma eletiva para sociologia, seria difícil dar conta do conteúdo por conta do tempo que é reduzido, teria que ter outro professor para trabalhar a eletiva.

Sobre os impactos na prática pedagógica, o professor volta a falar na interdisciplinaridade que é proposta, mas que vem livro e falta o planejamento com os colegas e não se teve esse planejamento por falta de cobrança, o que ocorreu apenas durante um curto período. Na sua opinião tem professores que “já estão com idade de se aposentar e não querem se dedicar muito”, na área de ciências humanas, mas a formação tem uma “deficiência didática pedagógica”. Para ele, deveria ter um “treinamento para se trabalhar em conjunto como deveria ser” e não ser só o livro. Cita que no início buscou-se ter esse diálogo, mas hoje é uma grande deficiência, pois cada um puxa para sua área e foge do diálogo, apesar de não ter como se fugir tanto, pois o livro usado traz essa ideia. Muitas vezes por ser mais cômodo ficam presos ao modelo antigo, pois muitos por ter anos de trabalho acreditam que não é necessária essa mudança, não buscam se adaptar a ela. O professor não percebe muito impacto, acredita que professores que tenham eletiva possam ter percebido algum impacto, pois é algo mais prático ao contrário da sociologia que não tem eletiva.

Para a preparação das aulas nada mudou, o que falta é o planejamento de fato, que mesmo quando era feito, na hora de pôr em prática deixava a desejar. O professor conta que ele consegue transitar por outras disciplinas por conta própria por sua formação e atuação em disciplinas como História, Geografia e Filosofia o que lhe ajuda no dia a dia, mas diz que estão cobrando uma especialização que o professor não tem e nem tem tempo para fazer, pois trabalha em duas escolas.

O Professor de Matemática e também coordenador da área de Ciências Exatas da escola Senador José Gaudêncio, diz lecionar a disciplina de nivelamento que ele define como bem importante, pois nela

A intenção é ver qual a dificuldade que o aluno teve no ensino fundamental para que o professor possa direcionar a esta dificuldade e melhorar no Ensino Médio, daí os professores traçam uma meta que toda a turma tenha as dificuldades sanadas através de uma aula diferenciada, que não seria usando os conceitos bases da matemática para determinado assunto, ele vai fazer uma aula diferenciada com uma metodologia nova para que o aluno entenda que aquele é tal assunto sem necessariamente o professor falar que é aquele assunto (Professor de Matemática, Escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida).

Como visto, o professor gosta da disciplina, pois busca resolver deficiências vindos de anos anteriores de uma forma mais dinâmica e interessante ao aluno, mas que também vai auxiliar em seus conteúdos futuros.

A Interação para o professor de Matemática é um dos impactos deste novo modelo na prática docente, pois ainda existe resistência por parte de alguns colegas deixando essa interdisciplinaridade muito a desejar.

Falta a humildade de conversar com o outro e pedir ajuda a determinado conteúdo que está com mais dificuldade ou que vai necessitar para sua aula. Muitos professores estão muito presos a determinados conteúdos o que às vezes também dificulta. (Professor de Matemática, escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida)

Ao contrário da Sociologia, para o professor de Matemática o desafio está sendo os itinerários formativos, pois o alunado da escola ainda não está preparado para isso segundo o professor de Matemática.

Na escolha do itinerário, está ocorrendo uma dificuldade entre os professores, pois se tem a liberdade de escolher as eletivas, e se você escolheu determinada eletiva, terá que buscar o itinerário formativo interagir e “se encontrar dentro daquilo que você escolheu e muitas vezes os alunos não conseguem acompanhar por ser uma coisa nova e estão ficando apavorados”. Conta que um aluno lhe deu um depoimento de que determinado dia da semana não vai pra escola, pois, é dia do itinerário formativo, não assimilou ainda o que seria o itinerário formativo e não ver esta mudança.

Esse novo modelo é o que Laval (2004) traz como “pedagogia não diretiva” que vai trazer essa variedade e possui uma estrutura mais "leve", legitimando as novas medidas como uma forma de preparar os jovens para a incerteza do mercado de trabalho em que estão prestes a entrar. Mas o que na realidade acontece é que nem os professores e nem os alunos compreenderam ao certo que mudanças são essas como vimos através dos relatos.

A modalidade técnica veio, para Gastronomia, mas não apareceu professor começou com a base convencional, mas após um mês teve que acabar o curso técnico, pois o estado mandou, mas não mandou apoio financeiro e nem professor capacitado para esse curso. As turmas que queriam a base técnica foram obrigadas a voltar para o modelo “normal” por conta da carência da base técnica enviada pelo Estado.

5.1.4 Sistema de planejamento e frequência

Os professores lembram que já estão no segundo ano sem sistema online, nem tem o modelo antigo no papel nas chamadas cadernetas e não tem o online. Os professores fazem seu próprio acompanhamento em seus materiais, pois o saber que deveria estar funcionando até agora não funciona. No ano passado (2022) o que foi pedido aos professores foi somente as notas, nada de planejamento e frequência, o professor conclui a fala “o estado está sendo negligente neste sentido”.

Ressalto que este sistema que deveria funcionar, é a *Plataforma Saber* onde são feitas as matrículas dos alunos da rede Estadual de ensino e nela seria possível fazer acompanhamento dos alunos e através desta os professores na aba diário de classe faria o registro das aulas e frequência. Como dito pelos docentes das duas escolas, o sistema não está funcionando.

Terminada a análise do Trabalho Pedagógico da Escola Senador José Gaudêncio, passamos agora à apresentação dos dados sobre a Escola Técnica, conforme se verá adiante.

5.2 PERSPECTIVAS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO NA ECIT

Diferente da escola anterior, a diretora afirma que a ECIT trabalha com o itinerário formativo, que são as disciplinas da base técnica. Algumas disciplinas já eram trabalhadas na escola, como projeto de vida, eletiva e práticas experimentais. Então já se tinha uma concepção dessas novas disciplinas.

Sobre as novas reformulações ela diz que se “peca muito” é que disciplinas essenciais ficaram apenas com uma aula e a diretora não vê isso como algo bom nesse novo modelo. Diz que disciplinas como História, Geografia estão com uma aula semanal na grade curricular e antes eram duas aulas. Tem também a Biologia que tem apenas uma aula, mas ao menos tem a prática experimental que pode agregar conclui. Diferente das outras que tem apenas uma aula e não tem essa oportunidade.

A diretora diz que disciplinas como Sociologia e História são disciplinas para formação do ser humano, não deveriam ter tanta redução de carga horária. A inserção de novas disciplinas voltadas ao mercado de trabalho e o descuido com outras fundamentais e antes obrigatórias que são necessárias a reflexão do indivíduo e da sociedade em que está inserido, nos remete a concepção “bancária” da educação trazida por Freire (2022).

Ainda sobre a carga horária pesar do modelo da escola técnica ao chegar ao terceiro ano por conta da produção do TCC e do estágio, tem uma redução na carga horária da base, levando em consideração a produção do TCC.

Sobre o funcionamento, a gestora diz que funciona bem, mas tem o problema com relação ao tempo, trazendo como exemplo a disciplina de Biologia que diz “é muito vasta e com a redução tem uma perda”. A partir disto, demonstra preocupação com os alunos e os conhecimentos que a escola terá que dar conta em poucas aulas, e como estratégia para tentar ajudar os alunos, sempre que pode, dialoga com eles para que busquem além da escola para estudar, para participarem mais das aulas e poderem suprir suas dúvidas da melhor forma

possível, pois a escola já não tinha como ensinar tudo, e com a redução da carga horária inviabiliza ainda mais.

A gestora se diz preocupada com a chegada de novas disciplinas em uma escola que já tem uma carga de disciplinas maior, pois esse aumento é o que mais impacta os alunos que já estavam sobrecarregados com a grade anterior.

Já professora de Sociologia acredita que este modelo precisa passar por reformulações, mas a forma como está sendo implantada é algo que não vai dar certo e precisa ser revisto, pois para a realidade brasileira não funciona, mesmo sendo ECIT e fazendo boa parte da base diversificada, com sua implementação os professores “sentiram o baque”. Acha uma forma de ensino excludente, com relação ao aluno de escola pública, quando se tira aula de disciplinas como Biologia e História. Conclui que é perceptível a apatia dos alunos em relação à redução das disciplinas da área de humanas, o que pra ela gera “seres acrílicos sem um senso crítico de História e pertencimento”.

5.2.1 Evasão

No que se refere ao item evasão, na ECIT a Gestora afirma que a escola busca sempre saber os motivos do não comparecimento dos alunos à escola junto a família, essa é uma forma de manter o controle da frequência do aluno e compreender se ele quer continuar na escola.

A gestora relata que desde sua chegada a escola, nunca deixou que houvesse evasão e fosse permitido, ela diz saber quem são todos os alunos da escola e que

Todos os dias os alunos fazem a frequência e chega à secretaria, o nome de quem não veio vai para um caderno e a escola procura saber o motivo do aluno não ter ido para aula, caso esteja doente recomenda pegar atestado para que se tenha acontecido algo importante na aula ele possa ter oportunidade de fazer (Diretora, ECIT, entrevista concedida).

Essa é uma forma da gestão acompanhar a frequência do aluno na escola, conclui dizendo que “sei quem são os 237 alunos da escola”. Algo que considero bem importante é essa dedicação com o controle da frequência dos alunos e sobre suas situações em relação a escola, mas devemos lembrar que está é a realidade de uma escola de 237 alunos, mas para aquelas que possuem o dobro ou o triplo de alunos, talvez esse controle seja inviável, como ocorre na escola Senador onde a gestão na medida do possível mantém esse controle dos alunos, mas nem sempre consegue manter contato tornando a evasão um fator inevitável, principalmente em uma

realidade onde as disciplinas novas chegam mas falta investimento para permanência e conforto até mesmo básico dos alunos.

A diretora traz um relato que já teve alunos que queriam muito estar na escola, mas “psicologicamente não conseguiam se adequar e tinham muitas crises de ansiedade”, então a escola preocupada entrou em contato com os pais e o aluno para ver se era isso que eles realmente queriam, pois para a diretora “se não estava rendendo academicamente e esteja se prejudicando então a escola recomenda que o aluno vá para uma escola regular”.

Na época da Pandemia a diretora relembra que enfrentaram muita dificuldade, pois “alguns alunos não sabiam mexer na plataforma ou no aparelho”, e a escola como forma de ajudar “chamava para ir à instituição para que a direção ensinasse, e até faziam o portfólio de alguns alunos e mandavam para eles”, conclui “sempre buscando ensinar e ajudar”. Percebemos que a escola na medida do possível sempre busca estar em comunicação com os alunos auxiliando no possível.

5.2.2 Prática pedagógica

Segundo a diretora, a base técnica é tida como a “rocha” da escola, pois é mais difícil e o aluno tem que estar bem na base comum e na técnica. Português e Matemática são as disciplinas citadas pela diretora que possuem mais aulas, no primeiro ano, três aulas são direcionadas para trabalhar a Língua Portuguesa e duas para trabalhar propulsão ou nivelamento como eles chamam que serve para trabalhar a deficiência do aluno trazida da série anterior, que é feito no início do ano, pois vem os descritores de cada aluno de cada turma para a escola. Isso é uma disciplina nos três anos, esse modelo vem nas escolas integrais. Tem uma avaliação diagnóstica quando o aluno chega e uma quando ele sai para ver as mudanças e o que precisa trabalhar em cima destes resultados.

Em um primeiro momento, por a Sociologia e a Filosofia serem disciplinas com uma aula, a professora não sentiu tanto impacto, mas acredita que não teve contemplação alguma. Como exemplo, para o eixo de trabalho ela cita que está trabalhando mais a questão do viés de trabalho nas turmas de segundo ano, e o professor de moda da base técnica vai fazer uma visita ao pólo têxtil de Santa Cruz do Capibaribe e aí vai pegar alguns alunos do segundo ano do curso de moda e do primeiro ano e falar da precarização do trabalho, isso vai ocorrer aproveitando a oportunidade do curso de moda que vai conseguir o carro pela escola, Como a escola não tem condição para tirar dois ônibus para ir, serão selecionados alguns alunos do curso de moda pra ir.

Mesmo sofrendo um impacto, não foi tão grande para Sociologia, pois a escola já funcionava em um modelo parecido, o impacto ocorreu mesmo na redução de carga horária. A área de ciências humanas quando pega eletiva, desenvolve parte dos itinerários, pois História e Geografia diminuíram aulas. Sociologia já era apenas uma aula e com os itinerários ainda ficou mais apertado.

Por dar aula de Sociologia e Filosofia, a professora de Sociologia já consegue quase completar sua carga horária, e já trabalhava uma hora aula, então no seu caso não sofreu um grande impacto, pois ela já tinha além das aulas de Sociologia, avaliação semanal, orientação de estudo e Pós-Médio, em outros semestres já deu aula de projeto de vida. O pós Médio é uma disciplina para aqueles que estão no terceiro ano, onde o professor vai desenvolver aulas que vão apoiar os alunos naquilo que é seu foco após sair da escola, para isso os alunos durante o segundo ano, nas aulas de projeto de vida escrevem e planejam o que vão querer no futuro e quando passam para o terceiro ano, o professor de projeto de vida compartilha esse material com o professor de Pós- Médio para que assim ele desenvolva as aulas a partir das perspectivas dos alunos, seja para seu ingresso na universidade, mundo do trabalho ou qualquer outra área. Aqui vemos muito da tendência liberal tecnicista onde temos a criação do projeto de vida desenvolvida no Pós-Médio e a preparação para o mercado de trabalho, criando assim indivíduos mais “competitivos” para o mercado.

A professora de Sociologia diz que com estas disciplinas citadas anteriormente já fazendo parte do currículo da escola, essa diversidade já estava inclusa, só teve diferença “a questão de organizar os itinerários formativos, pois já dava esses eixos chamados de temas e temáticas”. Mas cita suas colegas de Biologia, História e Geografia que tiveram que se “reinventar”.

A professora de Sociologia relembra e conta que por ter feito PIBID, Residência Pedagógica e um curso mais recente sobre os itinerários ofertado por uma professora da UFCG\CDSA, foram muito importantes para sua formação acadêmica e ajudaram a lhe enquadrar nestas mudanças, que para ela foram mais a organização dos itinerários, pois ela já trabalhava com uma parte diversificada na escola. Sente falta de se articular com as outras áreas. Conta que os alunos reclamam da professora de História da escola que se recusa a aderir a este novo modelo, e os alunos percebem que os outros estão mais acelerados e a professora está ficando para trás.

Na disciplina de Matemática diminuiu as aulas, primeiro ano ficou com cinco aulas, segundo ano quatro aulas e terceiro ano são três aulas. Tem uma disciplina chamada Propulsão

que tem tanto pra Matemática como Português, disciplinas essas para tratar da defasagem do aluno em anos anteriores, ou seja, trata das dificuldades dos alunos na série anterior e essa disciplina está nos três anos do Ensino Médio, exemplo se são cinco aulas de Matemática, três vão ser Matemática e duas serão Propulsão, diminuindo a carga horária para poder dar esses assuntos específicos. O mesmo ocorre na escola Senador, a diferença é que na escola integral há mais disponibilidade de horas.

As formas de avaliar que são o diário de bordo que os alunos fazem a cada final de aula onde tem em torno de cinco minutos para responder. Há também uma autoavaliação que faz a respeito das competências adquiridas sobre cada tema. Como é uma disciplina nova para o primeiro ano está mais tranquilo e no segundo tem mais um pouco de dificuldade.

O Professor de Matemática fala um pouco das situações das salas de aula e diz que a escola já tinha televisão nas salas e com a volta após a pandemia chegaram novas só que maiores, chegaram computadores novos para os professores, o que para ele foi um suporte bom enviado, mas isso provém da pandemia e não do Novo Ensino Médio em si.

O professor relembra que em 2019 fez um projeto relacionado à sustentabilidade, reciclagem e para fazer a aula diferente ele começou fazer jogos e materiais com reciclagem para trabalhar com os alunos os conteúdos e poder desenvolver as práticas necessárias vindas a cumprir no currículo.

A escola não tem “aula vaga”, pois se falta um professor outro da área vai substituir na aula. Percebe que o novo modelo ajuda a preparar melhor os alunos, sair mais da rotina de quadro e livros trazendo aulas mais dinâmicas. Os alunos ficam mais engajados se preocupam mais com os conteúdos por conta das avaliações semanais que acontece devido o modelo da escola.

6 ARTICULAÇÃO DOS RESULTADOS DOS OBJETIVOS

O último objetivo da pesquisa deu conta da articulação entre a política de financiamento das escolas diante o Novo Ensino Médio, a organização do trabalho pedagógico e as mudanças na prática pedagógica conforme se verá adiante

Como visto ao decorrer do trabalho, as duas escolas possuem estruturas físicas diferentes e, portanto, realidades diferentes. Mas seus professores e gestores na grande maioria das vezes têm a mesma visão sobre o novo Ensino Médio na escola. Partindo desse pressuposto trago a articulação dessas visões.

6.1 ESTRUTURA

A escola Senador José Gaudêncio funciona apenas no turno da manhã, a escola não em estrutura física para funcionar integralmente como estava previsto para funcionar e diante das dificuldades já enfrentadas pela escola houve uma resistência por parte da gestão e dos professores, conseguindo que ao menos este ano a escola não se torne integral. A escola recebe alguns reparos durante o ano letivo, mas reparos básicos que até uma pintura fica pela metade, onde janelas são pintadas e portas não.

Os investimentos na escola continuariam os mesmo que já são escassos até para o funcionamento regular, onde as salas não têm um ventilador funcionando enquanto que tem vários ar condicionados guardados em caixas a anos esperando a verba necessária para serem colocados nas salas, a merenda vem para o número de alunos matriculados no ano anterior e que não dá para o mês todo, fazendo com que a escola tenha que “ dar um jeito” para essa merenda dar para o mês todo, possui laboratórios precários, não tem uma internet de boa qualidade para finalidades didáticas e passa por uma grande falta de funcionários em áreas básicas como vigilância que é necessário, pois alguns meses atrás a escola recebeu TVs para colocar nas salas e as mesmas foram furtadas pois não havia vigia algum na escola.

Já a ECIT foi criada apropriada para funcionar integralmente, possui grande estrutura, salas temáticas climatizadas, TVs nas salas para auxiliar os professores e alunos, toda uma estrutura nova que precisa de reparos, mas ainda está em sua garantia e não pode se mexida, a escola sofre em alguns aspectos por ser nova e ainda faltar alguns materiais nos laboratórios, mas que sempre está chegando aos poucos. No início das entrevistas não tinha chegado material para os laboratórios, mas quando fui fazer a última entrevista, os laboratórios estavam cheios de materiais novos para serem organizados.

Quando fui as duas escolas pude observar a dimensão de diferença de estrutura entre as escolas, é nítido que uma está pronta para dar a base estrutural para os alunos terem mais “conforto” com suas salas climatizadas, quadra coberta, grande estrutura, enquanto a outra luta há anos por uma reforma que realmente mude a realidade estrutural da escola que por muitos anos vem lutando por uma instalação de ar condicionados que já estão ficando velhos dentro das caixas na escola e não vem recursos para instalação, e não possuem uma quadra coberta para lazer dos alunos e realização de eventos.

6.2 PLANEJAMENTO

Quando se trata da organização do trabalho pedagógico encontramos uma grande diferença entre as duas escolas nas formas como fazem para preparar, mas foi encontrado semelhanças nas opiniões dos professores em relação às mudanças do novo currículo. A ECIT possui uma coordenadora pedagógica imprescindível que é citada como fundamental tanto pelos professores como pela gestão escolar na hora de planejar. A escola tem os dias de planejamento de cada área toda semana, dividindo as reuniões entre a reunião que o representante de determinada área se reúne com a diretora e a coordenadora pedagógica para definirem os conteúdos a serem trabalhados e após tem uma reunião do representante da área com os demais professores que compõem a área para planejarem o conteúdo juntos. Como a ECIT desde sua recente fundação já foi criada com intuito de lecionar uma parte dessa diversidade de disciplinas, funcionar integralmente e ter cursos técnicos a escola não sofre um impacto tão grande, mas apenas em algumas mudanças de disciplinas que antes não eram disciplinas, mas algo a se trabalhar na escola.

Já na escola regular, o planejamento ocorre entre todos juntos, em uma noite se reúnem todos os professores da escola para fazer o planejamento e ao contrário da ECIT, sofrem com a falta de uma coordenadora para auxiliar nesse momento, além disso, contam que se procuram tirar dúvidas com os superiores, nem eles sabem explicar. Tanto a diretora como os professores citam que um dos desafios de se pensar essa interdisciplinaridade, são os professores que ainda estão apegados ao antigo modelo e não se dedicam a promover esse diálogo. Além do mais retratam como falado anteriormente a dificuldade que enfrentam tendo que retirar mais aulas da base que já foram reduzidas pelo novo modelo, para que consigam inserir as novas disciplinas cotidianas advindas do novo modelo criado para o turno integral mas que está funcionando em apenas um turno.

Como visto, as escolas continuaram suas formas de planejamento como já aconteciam antes deste novo modelo, mas a ECIT por ter um suporte já preparado para o modelo ECIT e, portanto integral técnica, além do suporte da coordenadora pedagógica, não sofre um impacto grande como na escola regular que trabalhava com o antigo modelo e teve que se adaptar com da melhor forma possível que conseguiram para dar conta do currículo exigido para a escola, além da falta de auxílio sem seu coordenador pedagógico e sem ao menos auxílio dos superiores, que nem ofertaram cursos preparatórios dignos para que os professores soubessem lidar melhor com esse novo currículo e nem sabem como dar suporte quando alguma dúvida lhe é enviada.

No entanto, mesmo com essa diferença entre as escolas, a grande maioria dos entrevistados remetem a este Novo Ensino Médio como algo que foi imposto às escolas, sem ao menos enviar capacitações aos professores que realmente os auxiliasse na preparação dessas aulas da base diversificada.

Percebe-se então que este currículo diversificado e preparatório para o novo mercado de trabalho onde se busca uma melhor preparação dos alunos do Ensino Médio na realidade é apenas um projeto que nem ao menos preparou e investiu na estrutura das escolas que necessitavam para que pudessem dar um melhor conforto aos alunos, não manda verbas suficientes para aulas de campo onde os alunos poderiam ver na prática aquilo que estudam, e nem ao menos capacita o professor para que ele saiba como trazer aqueles conteúdos de uma forma que será melhor absorvida pelos alunos, sendo assim como um aluno advindo de escola pública muitas vezes precária vai conseguir absorver estes conteúdos se o básico a ser feito pelo estado não lhes é ofertado.

6.3 PRÁTICA PEDAGÓGICA

Para fechar este capítulo, trago a questão da prática pedagógica que é a forma mais sincera de como ocorre esse novo modelo na realidade das escolas do Município. A escola regular possui 424 alunos e a ECIT tem 237 alunos, ou seja, quase o dobro da outra. As duas passam por diferentes situações de frequência de alunos, onde a ECIT acompanha mais de perto seus alunos e se no decorrer do ano letivo ver que o aluno não está acompanhando as aulas ou não está conseguindo atingir as médias mínimas, é buscado o contato dos pais para uma reunião e discutir o futuro deste aluno na escola ou se vai ser necessário a transferência para outra instituição. Já a escola regular passa por mais situações onde o aluno faz a matrícula e nunca vai a escola, ou abandonam a escola no meio do ano e não vão para as aulas mais, e mesmo

com o que a diretora chama de “busca ativa” onde se procura saber dos motivos de abandono do aluno nem sempre é possível resolver o problema, principalmente quando os alunos já atingiram a maioria.

Durante as entrevistas dois relatos um de cada escola merecem destaque. Começando pelo relato do professor de matemática que conta de um dia em que estava na escola e durante uma conversa com um aluno ele conta ao professor que no dia que tem aula dos itinerários ele falta à aula por que não se sente confiante para aquela aula, não compreendeu ainda o real sentido daquelas aulas. Com isso, percebemos que esses movimentos de inclusão tão buscados no novo modelo para inserir o cotidiano nas escolas por meio destas novas disciplinas possam estar muitas vezes trazendo um efeito reverso aos alunos. O segundo relato é da diretora da ECIT que conta que já aconteceu situações na escola em que determinados alunos queriam muito estudar na escola, mas não conseguiam acompanhar e dar conta da base comum e da base técnica da escola e estavam sofrendo psicologicamente com aquilo, sendo necessário a diretora intervir e conversar com o aluno e os pais para ver como estava a situação e se o aluno seria capaz de continuar na escola ou se deveria voltar para a regular onde teria uma carga horária menor.

Nestes dois relatos é possível identificar uma semelhança, nem todos os alunos estão prontos para ter todas estas disciplinas para dar conta e passar o dia todo na escola, o que é válido ressaltar que muitos se deslocam de uma cidade para outra para estudar, o que gera um desgaste maior a estes adolescentes e até mesmo perca de interesse. Essa busca por uma educação voltada ao mercado de trabalho e a formação técnica visa apenas a “preparação dos indivíduos” e esquece-se de procurar a realidade em que os adolescentes e a escola estão inseridos para dar um suporte melhor para aqueles que necessitam.

Esta realidade onde o ensino Técnico e Profissionalizante está sendo priorizado e as disciplinas básicas deixadas de lado é o que Freire traz na concepção “bancária” da educação.

E porque os homens, nesta visão ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe á educação apassivá-los mais ainda adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, por que adequados ao mundo. (Freire, 2022, p. 88)

A preparação para o mundo do trabalho é uma forma de tornar o mundo competitivo de trabalho como algo já inserido na realidade dos estudantes, para serem futuros profissionais que “aceitam” melhor como este funciona.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível identificar a precarização do financiamento das escolas, com destaque aquelas que não foram criadas para funcionar integralmente nem muito menos ofertar uma base técnica. O que é visto durante as entrevistas é que o governo impôs a educação pública brasileira uma forma de ensino que com a estrutura das escolas vindas do antigo modelo não estão aptas e para que este fosse implementado, seria necessário o real aumento no investimento destas escolas seja em qualquer aspecto, pois em nenhum é reconhecida a aptidão para receber tal mudança, nem mesmo os professores.

Além das propostas curriculares moldadas pelo neoliberalismo, que são impostas sem a preparação necessária aos docentes que receberam apenas documentos, e formações remotas que não deram o suporte necessário para lecionar essa nova demanda moldada a atender as demandas do mercado de trabalho, fechando os olhos para aqueles alunos que não tem estrutura suficiente para fazer parte, e que compõe a grande parcela de alunos da rede pública.

Com o risco de sermos exaustivos quanto ao excesso de citações dos sujeitos, nós julgamos pertinente elencar algumas aqui, dados os seus impactos e regularidade com que se apresentam. É, pois, uma forma de trazer à tona os principais desafios daqueles que colaboraram com a nossa pesquisa. A respeito das perspectivas dos entrevistados sobre o novo Ensino Médio é válido destacar alguns dos relatos que o define e nos chamam a atenção.

“Jogado de cima para baixo”, como exemplo os itinerários formativos que não houve uma capacitação para que os professores pudessem escolher, é uma coisa que é nova e nem o professor sabe o que é que ele está fazendo ali, que eletiva ele vai ministrar para que ele possa dar o melhor de si. (professor de Matemática, escola senador José Gaudêncio, entrevista concedida).

“Acho surreal essa idéia de colocar o Brasil próximo aos países mais desenvolvidos, pois em algumas cidades está sendo colocado como forma de imposição, os alunos não tem como escolher, pois alguns alunos não têm pré disposição para passar o dia todo na escola, muitos trabalham e termina sendo um projeto de educação contrário à democracia. Mas a escola na medida do possível mostra seu trabalho e faz de acordo com sua realidade”. (Diretora, escola Senador José Gaudêncio, entrevista concedida)

Estas colocações trazem a percepção de muitas escolas no país sendo comprovado em inúmeras pesquisas a respeito da imposição do Novo Ensino Médio nas escolas sem a mínima preparação necessária, esquecendo a realidade precária em que as escolas públicas do Brasil estão inseridas. Abaixo trago algumas falas abordadas na ECIT

Algumas disciplinas já eram trabalhadas na escola, como projeto de vida, eletiva e práticas experimentais. Então já se tinha uma concepção dessas. E que se “peca muito” é que disciplinas essenciais ficaram apenas com uma aula [...] (Diretora, ECIT, entrevista concedida)

"Para a realidade brasileira não funciona, mesmo sendo ECIT e fazendo boa parte da base diversificada, com sua implementação os professores sentiram o baque. Acha uma forma de ensino excludente, com relação ao aluno de escola pública, quando se tira aula de disciplinas como biologia e História.
(Professora de Sociologia, ECIT, entrevista concedida)

Na ECIT por sua grande estrutura criada para o ensino integral, sofre um impacto diferente da regular, onde os relatos estão mais baseados nas disciplinas que chegaram ou que se tornaram disciplinas e não vêm como necessárias, muito menos quando se retirou aulas consideradas fundamentais para inserção destas.

Como descrito acima, a implementação do Novo ensino Médio foi feito da maneira mais despreocupada e pouco cautelosa possível, pois foi criado um belo documento com propostas “inovadoras” que foram enviados as escolas para cumprirem sem antes consultar a respeito de suas estruturas físicas, se era necessário aumento de investimentos para conseguir dar conta da nova demanda.

Os professores assim como seus alunos foram inseridos em algo novo, desconhecido sem a preparação necessária, tendo por opção apenas se adaptar e tentar compreender ao longo do percurso.

Atualmente está sendo revisto diante da pressão o MEC abriu uma nova consulta que resultou em uma proposta nova de diretrizes com modificações baseadas nas críticas recebidas e já foi enviada para o congresso. Espera-se seja algo democrático e possível a realidade das escolas da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. P. de; MOTTA, V. C. da. Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020005, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8655150. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655150> Acesso em: 06/11/2022.

BARBOSA, Carlos Soares. **O Novo Ensino Médio de tempo Integral: Reduccionismo, Privatização e mercantilização da educação pública em tempos de ultraconservadorismo**. Acesso em: 18/03/2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Acesso em: 06/08/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **PEC n º241, de 15 de junho de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.

CARNIEL, Fagner. RUGGI, Lennita. Para levar a Sociologia ao Ensino Médio: uma conversa sobre ciência e conhecimento. In: CARNIEL, Fagner. FEITOSA, Samara. (orgs.). Sociologia em sala de aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas. Curitiba: Base Editorial, 2012.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um breve comparativo entre as LDBs**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-lpbs> acesso em: 18/03/2023.

DIAS, Lucy. Entrevista com Glauber Braga: Mobilizar, organizar e pressionar pela revogação do Novo Ensino Médio. Acesso em: 10/05/2023.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, D.C. Perspectiva sociológica, 2018. Disponível em <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740> Acesso em: 06/11/2022.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2022.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 2005. Acesso em: 11/03/2023

FREITAS. Luis Carlos. **Os Reformadores empresariais da educação: da desmoralização do Magistério á destruição do sistema público de educação**. Educação & Sociedade, v. 33, p 379-404, 2012. Acesso em: 11/03/2023.

KUENZER, Acacia Zaneida. **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER. Acacia. Zaneida. **Exclusão includente e inclusão Includente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** Acesso em 31\10\2023.

LAVAL. Christian. **A escola não é uma empresa.** O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004. acesso em 20\01\2022.

MIRANDA. D. S; ALONSO. A; LIMA. M; ALMEIDA. R; GHEZI. D. R; **Método de pesquisa em ciências sociais, bloco qualitativo.** São Paulo. 2016. Acesso em 23\01\2023.

Portal do MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> acesso em 20\01\2023.

Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-comeducacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostralevantamento.ghtml> acesso em 30\01\2023.

SANTOS, D.P; CARVALHO, E, S; OLIVEIRA, E, N. **O Ensino médio Brasileiro e a lei nº13.415\2017 em tempos de neoliberalismo:** formação para emancipação ou Formação para o mercado? Acesso em:18\03\2023.

SANTOS. K. S. **Políticas Públicas educacionais no Brasil:** Tecendo fios, 2011. Acesso em: 04\02\2023.

SAVIANI. D. **Escola e democracia;** Polemicas do nosso tempo. 1999. Acesso em: 20\01\2023.

SILVA, A. V. M. da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197–209, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8644737. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737> . Acesso em: 01\02\2023.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli Silva. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil:** histórico e perspectivas. *In:* Sociologia: ensino médio/coordenação Amaury Cesar Moraes. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Básica, 2010.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; Boutin, Aldimara Catarina. **Novo ensino médio e educação integral:** contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117157485009> acesso em :06\08\2023.

SILVA. S. **I dicionário do ensino de sociologia**, 2020. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059967/Ileize%20BNCC.pdf> acesso em:29\11\2022.

SOUSA, F. B. **O salteamento e o desbarate da educação pública no Brasil: um futuro sem ponte ou uma ponte sem futuro?** *In:* NEVES, A. V., and GHIRALDELLI, R., eds. Trabalho, democracia e participação no Brasil [online]. Brasília: Editora UnB, 2022, pp. 313344. ISBN: 978-65-5846-130-2. <https://doi.org/10.7476/9786558461654.0014> .

SOUSA. J; KONTORSKI. L. P; LUIS. M. A.V; Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista baiana de enfermagem.** 2011. Periódicos UFBA. Acesso em: 20\01\2023.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois:** regressão social e hegemonia às avessas. Acesso em 31\10\2023.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa "O Novo Ensino Médio nas escolas do Município de Serra Branca-PB", que tem por objetivo compreender os impactos do Novo Ensino Médio nas duas escolas do município de Serra BrancaPB, através do olhar dos seus professores (as) e gestores (as).

Caso aceite colaborar com a pesquisa, sua participação consiste em participar de uma entrevista que será gravada apenas para consulta da pesquisadora. As perguntas estão relacionadas à sua experiência na escola a partir das mudanças trazidas com a implementação do Novo Ensino Médio.

Sua participação é voluntária e você tem plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer momento da entrevista ou da pesquisa. Ao responder ao questionário na entrevista, você não terá nenhum benefício direto ou imediato, não havendo compensação financeira relacionada à sua participação. Seu direito de buscar indenização por danos decorrentes da pesquisa é garantido pela Resolução CNS 466/12 (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, artigos 927 a 954, Capítulos I, "Da obrigação de indenizar", e II, "Da indenização", Título IX, "Da responsabilidade civil"). O Sr (A Sr^a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo a qualquer tempo para informação adicional através do email: ellencreuza4@gmail.com, ou se preferir pelo telefone: (83) 9173-8248.

Ao aceitar participar da entrevista, você concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE.

Esta pesquisa foi aprovada pela Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e está sendo realizada por Ellen Creuza Gouveia Lima Da Costa e orientada pelo Prof^a Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva (SIAPE 2323773).

ASSINATURA

QUESTÕES DAS ENTREVISTAS

Perguntas para professor:

- 1- Qual sua opinião sobre o novo ensino médio? Você considera que você e seus colegas participaram ativamente ou foram contemplados em suas demandas com o novo Ensino Médio?
- 2- Como ocorreu o processo de transição para o novo ensino médio na escola? Existiu alguma preparação específica ofertada pelo estado ou pela escola?
- 3- Que transformações ocorreram no nível do financiamento escolar? Quais os impactos sobre a prática educativa da escola?
- 4- Como você avalia a escola em termos de estrutura, materiais didáticos e organização escolar para a oferta do novo ensino médio?
- 5- Como está funcionando a organização do trabalho pedagógico com a oferta do novo Ensino Médio?
- 6- Quais alterações foram mais difíceis de adotar? Por quê?
- 7- Que alterações você faria no novo ensino médio?
- 8- Quais os principais impactos do novo modelo na prática docente? Explique.

Para Diretor

- 1-Quais as atuais necessidades escolares mais presentes e que tipo de Política Educacional você considera importante no atual cenário?
- 2-O que você acha do novo ensino médio em termos de concepção e implementação na escola?
- 3- Quais os impactos do novo modelo na política d financiamento da escola?

- 4- Algo na estrutura física e nos materiais didáticos da escola foi modificado após implantação?
- 5- Quais as mudanças na organização do trabalho pedagógico na escola, sobretudo em relação às disciplinas, professores e funcionamento do currículo escolar?
- 6- Já é possível perceber fatores positivos ou negativos na escola? Se sim, qual ou quais?
- 7- Como está a evasão escolar em comparação aos últimos anos?
- 8- Como os professores tem reagido as mudanças na organização do trabalho e na

Prática pedagógica?